

WINNIE GUIMARÃES CALVOSA



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**MARCAS DE UM CORPO QUE SANGRA: OS EFEITOS DO RACISMO NA
SUBJETIVIDADE NEGRA**

NITERÓI - RJ

2024

Winnie Guimarães Calvosa

**MARCAS DE UM CORPO QUE SANGRA: OS EFEITOS DO RACISMO NA
SUBJETIVIDADE NEGRA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giselle Falbo

Área de concentração: Clínica e subjetividade

**NITERÓI - RJ
2024**

WINNIE GUIMARÃES CALVOSA

**MARCAS DE UM CORPO QUE SANGRA: OS EFEITOS DO RACISMO NA
SUBJETIVIDADE NEGRA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Giselle Falbo Kosovski

Área de concentração: Clínica e subjetividade

Prof.^a Dr.^a Giselle Falbo – UFF
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Rosa Alba Sarno – IPUB/UFRJ
(Examinadora)

Prof.^o Dr.^o Marcus André Vieira – PUC Rio
(Examinador)

Prof.^o Dr.^o Carlos Alberto Ribeiro Costa – UFF
(Examinador)

Niterói, 26 de janeiro de 2024

“e *ae*, tio!

desculpa *ae* mandar mensagem a essa hora da madrugada, *tá ligado?!*

ah... eu... sei lá, *véio*, eu não... *tô* conseguindo dormir essa última semana *ae*, *tá ligado?!*

e eu não queria incomodar ninguém também,

eu acho que já dei peso demais pra todo mundo, *tá ligado?!*,

que gosta de mim, mano,

e eu odeio essa coisa de me colocar nesse papel de vítima,

porque eu não sou vítima de porra nenhuma, *tá ligado?!*

mas às vezes não dá, *véio*. às vezes tem que falar, mano.

guardo muita coisa pra mim, *tá ligado?!*

demonstro pra todo mundo que eu *tô* bem o tempo inteiro,

parece que depois daquela merda lá, tio,

eu tenho que demonstrar que *tô* bem todo dia, mano,

e nenhum ser humano consegue *tá* bem todo dia, *tá ligado?!*

sei lá, tio,

cê é um moleque cheio de resposta, *cê* venceu na vida, *tá ligado?!*

e mais que vencer na vida, *cê* fez várias pessoas vencer na vida também, *tá ligado?!*

tu fez uma parada muito importante,

e eu ainda *tô* travado moleque,

eu não me sinto realizado, *tá ligado?!*

como ser humano, *tá ligado*, mano?!

como filho!

ainda não, ainda não consigo me encaixar, *tá ligado?!* nesse plano aqui, tio,

minha cobrança espiritual é muito louca dentro de mim, *tá ligado?!*

às vezes eu me sinto muito mal, mano,

eu sinto medo, tipo, de ter feito escolhas erradas a ponto de não poder mudar mais, *tá ligado?!*

mas às vezes fico pensando que essa porra *tá* na minha cabeça, *tá ligado*, mano?!

e tipo, é foda, irmão, é, tipo, é doença essa porra, mano,

parece que *essas porra* de remédio não adianta merda nenhuma,

mais de um ano, quase dois anos tomando essa porra!

sei lá, mano,

só precisava falar alguma coisa pra alguém *mermo*, mano,

ah, é isso, tio.”

(Introdução do clipe “AmarElo” — Emicida, com participação de Majur e Pablo Vittar)

MUITO OBRIGADA!

À minha família: minha força, minha base, meu tudo! À minha mãe Cleide, minha rainha que escolheu meu nome como um ato político, e ao meu pai Sinézio, meu rei, que arrumaram dois, três empregos para formar dois filhos. Conseguiram! Ao meu irmão Hebert, primeira e grande referência acadêmica que tive e sigo tendo na vida, como eu o admiro! À minha cunhada Danielle, parceira e amiga de todas as horas. Ao meu esposo Daniel, amigo, amor, companheiro e refúgio, cujo amor me renova todos os dias mais e mais. À minha sogra Maria do Amparo e ao meu cunhado Samuel, que me abraçam e acolhem em todos os momentos. E ao meu sogro Carlos Henrique, exemplo de bondade e humildade. Aos tios, tias, primos e primas, que seguem ao meu lado e me amparam para que continue seguindo em frente.

Ao Projeto Fernanda Keller, por me formar psicóloga! Obrigada por me transformar através do esporte, quantos presentes vocês me deram durante os 11 anos que estive presente!

A Diana Malito, cuja escuta me acolhe e me faz movimento.

A Carla Sá, por todos esses anos de parceria, supervisão, grupo de estudos, puxões de orelha, acolhimento e amizade. Por sempre ter acreditado no meu potencial quando nem eu mesma acreditava.

A Giselle Falbo, que felicidade ter te conhecido! Obrigada pela confiança, afeto, incentivo e ensino!

À banca na qualificação, pelo respeito e cuidado com esta pesquisa. Também pelas considerações que concentraram e expandiram este trabalho!

A Luiza, Ana Cláudia, Abrahão e Hildeberto, coordenadores do PPG, obrigada pela acolhida e manutenção na UFF.

Às amigas queridas e amadas, Júlia e Natália, por ouvirem meus desabafos e angústias e estarem comigo em todos os momentos durante todos esses anos.

Ao curso Preparatório, pela acolhida, afeto e orientação para que este sonho pudesse ser realizado.

Em especial aos colegas/amigos cotistas e não-cotistas da UFF: Juliana Nascimento, Tainara Cardoso, Jefferson do Nascimento, Isadora Amorim, Ester Cavalcante e Luisa Sader, que me acompanharam nesta caminhada me encorajando e me dizendo o quanto sou capaz.

A Leandro Tavares, que deu cor e vida ao meu texto com as correções necessárias e com muita compreensão e paciência.

Aos amigos Débora e João Gabriel, por serem rede de apoio da nossa família em Maricá, nos dando suporte e fazendo com que esta dissertação fosse concluída.

A Patrícia Muniz, pela amizade, por todo afeto, (há) braço, “sextou”, escuta, choro e perseverança que nos fortalece e permite que andemos juntas.

Aos meus pacientes, que caso a caso movimentaram minha clínica e meu desejo de prosseguir.

Aos meus ancestrais, pelos anos de luta para que eu hoje pudesse estar aqui.

Eu sou porque nós somos!

Zuri, você chegou e em mim fez revolução. Me deu força, coragem, fôlego e uma nova causa. Minha luta é e sempre será em prol de que você possa viver em um mundo melhor. Você é meu maior combustível. Te amo infinitamente, minha jabuticabinha.

RESUMO: Esta dissertação tem como objetivo expor o material produzido como parte da pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado acerca do racismo e de seus efeitos na subjetividade dos sujeitos lidos como negros. Desta forma, para que se cumpra o que é proposto, é traçado um percurso acerca da história do racismo no Brasil e de como se tornou estruturalmente parte dos princípios sociais do país; como os efeitos sociais influem no individual de cada sujeito, interferindo na sua constituição subjetiva, a iniciar na identificação; e, por fim, a partir de como a vivência em uma sociedade segregativa traz efeitos negativos no sujeito negro, foi pensado em como influi negativamente nos sujeitos lidos como negros. Para tanto, é necessário recorrer a autores como Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Ynaê Lopes, para, assim, fazer uma ligação com a teoria psicanalítica que, por meio das elaborações de Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista e Jôse Lane Sales — que fazem uso de autores clássicos como Freud e Lacan a partir de sua obra —, discorre acerca do tema abordado nessa dissertação.

Palavras-Chave: Raça; Racismo; Psicanálise; Negro; Segregação.

Abstract: This dissertation aims to present the material produced as part of the research conducted during the master's program on racism and its effects on the subjectivity of individuals identified as black. In order to fulfill the proposed objectives, a path is traced through the history of racism in Brazil and how it has structurally become part of the country's social principles; how the social effects influence each individual, interfering in their subjective constitution, starting with identification; and finally, based on how living in a segregative society has negative effects on black individuals, consideration is given to how it negatively influences those identified as black. To achieve this, it is necessary to refer to authors such as Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, and Ynaê Lopes, in order to establish a connection with psychoanalytic theory. This connection is made through the elaborations of Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista, and Jôse Lane Sales, who draw on classical authors such as Freud and Lacan in their work. These scholars contribute to the discourse on the topic addressed in this dissertation.

Keywords: Race; Racism; Psychoanalysis; Black; Segregation.

Sumário

Introdução

1. Raça, racismo, necropolítica e epistemicídio: uma breve abordagem sócio-histórica

1.1- Conceito de raça e de racismo

1.2- O racismo e sua estruturação na sociedade

1.3- Racismo estrutural, necropolítica e o epistemicídio

2. As massas e suas diferenças

2.1- As massas e a constituição do eu

2.2- O narcisismo das pequenas diferenças e sua função segregativa

2.3- O *unheimlichkeit*

2.4- Extimidade

3. Racismo e identificação — um processo segregativo

3.1- Identificação em Freud e Lacan

3.2- Identificação e o processo de constituição do sujeito

3.3- Identificação, segregação e racismo

4. O sujeito negro e o racismo

4.1- O sujeito constituído e atravessado pelo racismo

4.2- Racismo e sintoma

Conclusão — Por uma psicanálise antirracista

Referências Bibliográficas

Introdução

Já dizia Conceição Evaristo em seu conto chamado “Olhos d’água”: “Escrever é uma maneira de sangrar.” E de fato as nossas escolhas dizem muito a nosso respeito, nossas questões, nossa constituição como sujeito. Existe uma implicação nelas, atravessamentos. Justamente esses atravessamentos tornaram-se objeto desta pesquisa. No decorrer da minha trajetória, tanto pessoal como clínica, o racismo me atravessa. Influi no meu processo de constituição como sujeito e no daqueles que acessam a minha clínica. É relevante destacar aqui o quanto se tornou difícil o processo de escrita desta dissertação. Por vezes paralisei, adiei, recalquei esta pesquisa que se iniciou pelo meu desejo. É importante dizer aqui que, durante toda a minha trajetória de vida, sangrei milhares e milhares de vezes, e ao escolher o racismo como o meu objeto de estudo, era como se eu estivesse reabrindo uma ferida inflamada que nunca cicatrizava.

De acordo com a Carta de São Paulo, elaborada na I PSINEP no ano de 2010, o racismo no Brasil pode ser considerado um dos mais enigmáticos e sofisticados mecanismos, pois produz as mais agudas desigualdades sociais existentes no país, embasado no mito da democracia racial, que é responsável pela configuração da sociedade atual, racista e discriminatória. Neusa Santos Souza (1983), autora do livro *Tornar-se negro*, relata os efeitos na construção da subjetividade negra que por vezes se confunde com aquela imposta pelos brancos a fim de uma maior aceitação do negro na sociedade a qual deveria pertencer. Em seu livro, a autora aborda o quanto pode ser agressivo e trazer consigo uma série de consequências:

“Um certo modo de reação apática, fruto da introjeção da imagem do negro constituída pelo branco, onde o negro reconhece tacitamente sua inferioridade, e a postura evitava da confrontação ombro a ombro com o branco eram tipos de resposta do negro ao preconceito de cor que se configurava não só em obstáculos à ascensão, como redundavam em verdadeiros danos a sua imagem, conduzindo -o a avaliações autodepreciativas.” (SOUZA, 1983, p.22)

Uma pesquisa realizada no ano de 2016 pelo Ministério da Saúde e pela Universidade de Brasília indica o aumento da taxa de suicídio entre os jovens negros no Brasil. Ela aponta que, de 2012 a 2016, a proporção de suicídios entre negros aumentou em comparação às demais raças/cores, acentuando-se de 53,3% em 2012 para 55,4% em 2016. O percentual aumentou também entre os pardos (2012: 46,2% e 2016: 49,3%) e indígenas (2012: 2,1% e 2016: 2,9%). Esse aumento se dá graças à melhoria da qualidade da informação, evidenciada

pela diminuição do percentual de ignorados no campo raça/cor das declarações de óbito, que passou de 4% em 2012 para 2,4% em 2016. A partir do momento em que a raça/cor se torna evidência, os rumos da pesquisa tomam novos caminhos, evidenciando suas consequências na sociedade.

É esse o poder que o racismo tem sobre o sujeito negro; cria feridas, as inflama, as infecciona, e mesmo que se fechem (o que é impossível no contexto que vivemos), há sempre algum fato que nos faz revisitar as dores causadas por ele. Visto o sofrimento psíquico do negro frente ao racismo vivido, pode-se pensar nos efeitos que possivelmente são proporcionados a esse sujeito, o peso advindo e a forma como atinge suas escolhas, caminhos e perspectivas. (NOGUEIRA, 1998) Souza (1983) aponta as consequências da impossibilidade do negro de realizar o ideal do ego (o ideal branco), vislumbrando duas alternativas genéricas, uma dessas citada a seguir:

“A primeira alternativa genérica — sucumbir às punições do Superego — é representada pela Melancolia, em seus diferentes matizes e gradações. Aqui, o sentimento de perda da autoestima é o dado constante que nos permite unificar numa mesma categoria — Melancolia — as diferentes feições desta condição psicopatológica que denuncia a falência do Ego. ‘Uma parte da autoestima é primária — o resíduo do narcisismo infantil; outra parte decorre da onipotência que é corroborada pela experiência (a realização do Ideal do Ego). Enquanto a terceira parte provém da satisfação da libido objetal.’” (SOUZA, 1983, p.40-41)

A onipotência corroborada pela experiência citada acima, pode ser pensada como o insucesso do negro em pertencer àquilo que nunca fará parte, conforme dito por Souza (1983) em seu livro, visto que tornar-se branco é impossível. Do mesmo modo, Nogueira (1998) também aponta a dificuldade encontrada no negro em construir uma identidade, já que a sua não é legitimada nem aceita:

“É nesse sentido que pretendo aqui pontuar, simultaneamente, dois aspectos: de um lado, a dificuldade, para o negro, de construir sua identidade social enquanto negro, enquanto indivíduo pertencente ao grupo dos negros; de outro, o mesmo tipo de dificuldade em se constituir como indivíduo no interior do corpo social como um todo, pelas identificações com seus semelhantes sociais. Tais dificuldades são o subproduto, de um lado, do “não-lugar” social do escravo, cuja identidade não correspondia a um lugar de sujeito, no corpo social, mas a um lugar de “peça”, objeto; de outro, ao fato de que, tendo adquirido pós-escravidão, o estatuto jurídico de cidadão, portanto, o reconhecimento de seu lugar de indivíduo social, não pôde,

por outro lado, identificar-se com esse lugar no plano socioeconômico.”
(NOGUEIRA, 1998, p.35)

O racismo arrasta-se durante séculos, e com ele uma série de questões. Algo que transita e circula entre o social e a clínica, visto que ambos se entrelaçam. A população negra já nasce tendo que lidar com algo que lhe foi dado antes mesmo de estar aqui; foi construído e alicerçado durante anos, herança do processo de escravização dos negros. Crescemos sabendo quem somos, o espaço que nos determinaram ocupar, o que estamos destinados a fazer. E talvez por isso, pensar em fazer o contrário daquilo que já nos é imposto muitas vezes nos causa uma angústia tão grande que nem cogitamos fazê-lo. O chamado “racismo estrutural” afeta a sociedade, as nossas bases, a nossa estrutura, nossa constituição. O que proponho nesta pesquisa é exatamente isto, pensar em como dita as regras sociais que influem na constituição do sujeito.

Para abordar e pensar na influência do racismo nos dias atuais e assim tentar nos movimentar para um futuro diferente do que nos é mostrado, retoma-se o passado para compreender o que temos hoje e tentar elaborar uma ressignificação para o futuro. Para isso, no Capítulo 1 serão resgatados fatos da história, com a intenção de entender as consequências deixadas na sociedade, que se estruturou mediante a um racismo alicerçado em nossa estrutura social, e as marcas psíquicas deixadas nos sujeitos lidos como negros. Só será possível entender a sofisticação desse mecanismo ao se compreender o que ele destrói nas pessoas. E, por isso, precisamos reconstruir as precondições fundamentadas pela história tanto pela via do afeto, quanto pela da moralidade, e assim destrinchar desde o início como esse mecanismo influi na vida do negro como meio de opressão e humilhação social.

Logo em seguida, se faz importante pensar em quanto o social e a singularidade conversam. No Capítulo 2, a discussão é trazida à tona elencando as obras de Freud e pensando, a partir disso, em como eventos sociais auxiliam no processo de segregação e racismo. Por meio de textos clássicos, é possível pensar no processo de constituição do sujeito e a partir deles discorrer a respeito da exclusão e segregação dos povos. No Capítulo 3, o objetivo é discutir a respeito da identificação a partir de Freud e Lacan, diferenciando-os para assim pensar em como a segregação causada pelo racismo pode influenciar a formação do eu. Já no Capítulo 4, o resultado final de todo o processo abordado nesta pesquisa: como o racismo assume o comando da vida do negro e como se manifesta na realidade da população negra, que se estruturou psiquicamente mediante uma lógica segregativa e excludente na qual o negro já tinha seu lugar de inferioridade instituído.

“Ela quis ser chamada de morena, que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena.”

— Emicida, “Ismália”

1- Raça, racismo, necropolítica e epistemicídio: uma breve abordagem sócio-histórica

1.1 - Conceito de raça e de racismo

O significado da palavra “raça” não pode ser visto como algo fixo. Inicialmente usado como modo classificativo na Zoologia e na Botânica, é percebido que seu sentido se atrela a questões históricas, empregado quase sempre em circunstâncias de poder, conflito. Munanga (2004) relata que a palavra “racismo” se origina do italiano *razza*, original do latim *ratio*, denominado como sorte, categoria, espécie. Conforme já citado, o conceito foi trazido inicialmente na Zoologia e na Botânica por Lineu (1707-1778), naturalista sueco que utilizou o termo para classificar as plantas. Atualmente, esse trabalho nem é mais considerado, porém o critério de classificação ainda é empregado.

Ao fazer um breve apanhado histórico de como o conceito de raça arrasta-se durante séculos na sociedade, nos deparamos já no latim medieval com a forma como o termo foi associado à descendência, linhagem, na qual um grupo de pessoas possui um ancestral comum e por isso compartilham das mesmas características. Já no século XVI, foi usado para classificar a humanidade e toda sua diversidade em grupos fisicamente diferentes, e, logo em seguida, raça era um termo que se referia às relações sociais nas quais a nobreza era identificada como “os de sangue puro com habilidades únicas, enquanto a plebe só serviria para ser escravizada”. Com a expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo, surge uma nova base que a partir do Renascimento gera reflexão acerca da unidade e da multiplicidade da existência humana. No século XVIII, a cor da pele tornou-se ferramenta-chave para a classificação daquilo que um dia foi considerado raça. Dessa forma, surgiu a divisão da espécie humana até hoje empregada partindo da concentração de melanina presente em cada indivíduo. A divisão ficaria entre as “raças”: branca, negra e amarela. Assim, a

história é da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas que, aliás, em muitas circunstâncias não se circunscreve através da cor da pele, por exemplo, no caso dos judeus.

Enquanto os intelectuais se ocupam em conceituar e classificar a humanidade em raças, o racismo é uma realidade, uma ferramenta segregativa usada há séculos para excluir, marginalizar e matar. Inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídio dos indígenas nas Américas, dos judeus na Segunda Guerra Mundial; na África do Sul com o apartheid; nos Estados Unidos, no Brasil, na Europa e em outros cantos do mundo, o que deixa nítido como o racismo é uma forma de discriminação que tem a raça como fundamento justificativo para subjugar um povo mediante a outro. Oliveira (2021), em sua dissertação de mestrado, traz a importante formulação que aproxima os conceitos de raça e discurso a partir de Munanga, Lacan e Miller, na qual se destaca que a crença na traz com elas marcas da diferença, a partir da Biologia, e que acabam ganhando força no campo da linguagem e se entranham na estrutura dos discursos. Tudo isso acaba servindo de aparato para embasar comportamentos racistas até a atualidade por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Oliveira (2021), em seu texto, aproxima autores como Jésus Santiago a Munanga e Lacan para assim trazer o termo “racismo dos discursos em ação”, que lança luz a essa discussão etnossemântica na qual a discussão constitui um mito criado por diversas manifestações de discursos dominantes, e, até certo momento da história, toda a justificativa era apresentada a partir de uma lógica da Biologia de estudos do século passado.

No entanto, o racismo não concerne apenas a um ou a um conjunto de atos discriminatórios, mas a um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. E para que isso se estabelecesse dessa maneira, foi necessário tempo e necessárias ações que o permitissem se desenvolver, como abordado na seção a seguir.

1.2 - O racismo e sua estruturação na sociedade

Para melhor entender o racismo como o processo complexo que é, faz-se necessário mergulhar na história e ir além do que ocorreu em terras brasileiras. Para pensar no contexto histórico que forma toda essa estrutura que segrega e oprime a população negra, deve-se olhar para toda a trajetória que inicia o movimento de escravização até chegar no Brasil, como ele se desenrola aqui e todos os processos abolicionistas e pós-abolicionistas.

Ynaê Lopes dos Santos, em seu livro, *Racismo brasileiro: uma história da formação do país* (2022), nos remete à história brasileira trazendo à tona a importância da navegação para os portugueses na época, sua expansão marítima em busca de poder e crescimento e como sua busca pelas Índias acarretou um “negócio lucrativo”. O primeiro contato foi com os Guinéus — povos africanos da costa ocidental — em inúmeras tentativas malsucedidas de dominá-los. Eram muitos. Decidiu-se então comercializar com eles. E a África, sendo um continente com múltiplos povos, idiomas, culturas e economias, tinha conflitos entre si. Ao entrarem em embates, os povos derrotados eram capturados e, assim, escravizados. Ynaê (2022) ressalta em seu livro que essa lógica difere da mercantilista que até hoje é usada como justificativa para a escravização dos negros. Quem nunca ouviu dizer que os negros foram os promotores de sua escravidão, ao se escravizarem entre si? Pois bem, em suas reflexões sobre o tema, a autora deixa evidente que essa afirmativa é, no mínimo, racista e leviana, já que o que ocorre de fato é uma reprodução muito recorrente na antiguidade clássica. Os povos inimigos eram subjugados e, assim, escravizados pelo vencedor das batalhas traçadas. Ao trazer a afirmativa de que os negros se escravizavam entre si, levanta-se a clássica generalização do continente como um só produto e reduz-se a sua diversidade a uma coisa só, o gentílico “africano”.

Deste modo, para alguns, a comercialização de seus inimigos derrotados como escravizados tornara-se um negócio bem atrativo, já que mantê-los por perto era um risco. À época, contudo, não se imaginava que tal negociação poderia tornar-se um erro. Já para os portugueses, por sua vez, o comércio dos escravizados se apresentava como um grande negócio, com potencial a ser expandido, já que tornou outros aspectos mais lucrativos, como a produção agrícola e a construção de fortes que facilitavam ainda mais o comércio de escravizados e a sua tão sonhada expansão marítima. Vale a pena ressaltar que os portugueses justificavam a escravização e a mercantilização dos povos africanos a partir de uma interpretação equivocada de passagens bíblicas, que afirmavam serem os povos negros amaldiçoados e até mesmo desprovidos de alma.

A história se inicia na segunda metade do século XVI, em que os negros transportados em condições precárias e retirados de várias regiões da África chegam ao Brasil para serem escravizados. Capturados de suas terras, eles eram trazidos à força em condições miseráveis e desumanas. Muitos deles morriam vítimas de doenças, de maus-tratos e fome. Aqueles que sobreviviam eram separados em grupos diversificados com línguas, culturas, tradições e religiões diferentes para que não houvesse comunicação. Já no Brasil, a função do negro era então a de mão de obra para os senhores sob pena dos mais violentos castigos e humilhações.

Eles eram enviados para as fazendas como um meio de substituição dos indígenas que demonstravam maior resistência, e apesar de pouco ser dito, devido a retirada de seu território, o negro se tornaria mais fácil de escravizar. Mesmo assim, eles resistiram violentamente à escravização. Nesse processo de 300 anos, o negro foi sequestrado, torturado, estuprado, desprovido de sua cultura, sua religião e sua identidade. Vivendo em péssimas condições em senzalas, brutalizados, foram destituídos de sua condição de humanos.

Desse modo, o negro tornou-se mão de obra fundamental para a agricultura brasileira da época. Tempos depois estavam nas vilas, cidades, nas minas e na pecuária. Para além disso, a escravização virou sinônimo de riqueza. O negro, visto como mercadoria, podia ser comprado, alugado, trocado e até mesmo leiloado. A fim de justificar tal ato, os brancos, em sua minoria, levantavam teses científicas e ideias religiosas a fim de corroborar a sua superioridade e privilégios. A partir da teoria da evolução humana de Charles Darwin, que atestava a existência de raças inferiores e que poderiam ser capazes de evoluir com o passar dos tempos, deu-se o início do que chamamos “racismo científico”. Deste modo, a supremacia branca tem raízes na doutrina do racismo científico, justificativa-chave para o colonialismo europeu e o nazismo. Embasado nisso, outras teorias foram criadas, como a ideia de que os que não fossem considerados brancos seriam inferiores, baseando-se na concepção de degeneração, empregada em meados do século XIX para se discutir a miscigenação, especialmente no Brasil e, afirmava a sua superioridade se enraíza a partir dessas teorias que, mesmo sem comprovação, servem de balizadores de uma idealização do negro como um estigma social.

No ano de 1822 o Brasil se tornou independente e em 1824 teve sua primeira Constituição Federal. No entanto, a escravização continuou sendo legal no país e os negros continuaram sem nenhum tipo de liberdade. A assinatura da Lei Áurea se deu em 1888, dando brecha para que um enorme abismo social se estabelecesse no país, gerando assim um grande problema para os fazendeiros que necessitavam de mão de obra. A alternativa encontrada foi buscar trabalhadores em outros países, com isso, milhares de italianos, suíços, alemães e japoneses vieram trabalhar nas fazendas. Chegando ao Brasil, os imigrantes eram contratados pelo sistema de parceria. Nesse sistema, os fazendeiros custeavam a vinda dos imigrantes, estabelecendo uma dívida antes mesmo que eles pisassem em solo brasileiro. Além disso, trabalhavam em um pedaço de terra da fazenda, e os lucros e prejuízos da colheita eram divididos.

Enquanto os imigrantes chegavam ao país com todo o suporte para se estabelecerem, o negro vivia uma realidade diversa, apesar da liberdade formal adquirida. Isto porque a nova

Constituição estabelecida em 1891, logo após a Proclamação da República, não lhes garantiu diversos direitos fundamentais nem os reconheceu como cidadãos. Isso significa que os negros não possuíam direitos civis nem políticos, não tendo permissão para votar e, tampouco, acesso à educação, saúde e justiça garantidas por lei. Sendo assim, a abolição da escravidão não resultou na inserção dos afrodescendentes na sociedade, que permaneceram sofrendo com a discriminação e os preconceitos sociais, fundamentados no racismo.

Dada a abolição da escravatura, apesar da alforria, os negros continuavam sendo tratados com inferioridade e muitas vezes vistos como uma subespécie, híbridos e/ou amaldiçoados religiosamente, segundo a perspectiva europeia. O pensamento europeu tinha forte influência no país e isto inclui o processo de escravização e segregação do negro no Brasil. Autores como Nina Rodrigues têm como referência o Conde de Gobineau (1816-1882), que dá um panorama a respeito da eugenia e do que hoje entendemos como racismo científico. Rodrigues, a partir do gobinismo e suas pesquisas de medição de crânio, afirmava que a população negra seria uma espécie inferior e que a miscigenação levaria ao seu desaparecimento.

No ano de 1890, quando foram instauradas as primeiras leis penais, criaram-se leis para o combate de práticas negras. A Lei de Vadiagem de 1941 determinava a prisão dos negros que estavam nas ruas e não possuíam emprego, e a Lei do Capoeira do período de 1890 a 1937 proibia a prática de capoeira e de manifestações da cultura negra. Foi somente no século XX, com a elaboração da Constituição de 1934, por Getúlio Vargas, que certos direitos de grupos étnico-raciais vulnerabilizados foram reconhecidos pela primeira vez no Brasil. Nela, ficou estabelecido o sufrágio universal, ou seja, o direito ao voto a todos os adultos no país, independentemente de gênero e raça. Importante ressaltar que a conquista dos grupos étnico-raciais por direitos políticos no país foi consequência de muita luta e esforços.

Em 1988, é inaugurada a Constituição Federal com a tão famosa lei: “Art. 5º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Mesmo sem citar diretamente a questão racial, entende-se que o texto da Constituição atesta uma proibição de atos discriminatórios, já que todos são considerados iguais perante a lei. No entanto, a lei se encontra muito distante do que se presencia na vida dos negros. Desde a abolição da escravatura no Brasil, nunca houve lei restritiva que segregasse oficialmente a população negra da branca. No entanto, há uma ideologia racista que perdura até hoje e, sobretudo, há um racismo velado, estrutural, que mantém os negros à parte da plenitude de seus direitos em nosso país. Mas com a Constituição

instaurada, tem-se uma ideia de democracia igualitária, a chamada “democracia racial”, que seria o pilar do chamado racismo estrutural.

1.3 - Racismo estrutural, necropolítica e o epistemicídio

Apesar de, juridicamente, a população negra estar provida de direitos iguais aos dos brancos e de ocupar um espaço na sociedade, era excluída e impedida de desfrutar de qualquer desses direitos. Deste modo, foi considerada marginalizada, estigmatizada e discriminada. A democracia racial poderia ser considerada como um estado de plena igualdade entre as pessoas, independentemente de raça, cor e/ou etnia. Quando é falado em democracia, em um sentido amplo, não se fala apenas de possibilidade de participação política, mas também de igualdade de direitos, social, racial e liberdade garantida a todas as pessoas. O negro, contudo, mesmo detentor pleno desses direitos, liberto da escravização, ainda segue com um estigma de inferioridade que o impede de desfrutá-los. Neste cenário, tem que conviver com a forma mais cruel de discriminação, um racismo sutil, que é amparado pelas leis, já que diante dela todos são iguais, cidadãos com os mesmos direitos. Com isso, é responsabilizado pelo seu déficit ou ausência de inserção nos estratos sociais melhor favorecidos, e é visto perante a sociedade como alguém “sem força de vontade”. A fonte mais forte e sociologicamente descrita do mito da democracia racial, aqui no Brasil, deriva-se dos escritos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.

Muito já foi falado sobre a história da escravização no Brasil. Como se deu, por qual motivo, como foi “desmantelada”. Inúmeras são as novelas que retratam uma realidade não tão real assim. No imaginário social, criado por uma primazia branca, a Princesa do Brasil, num ato de bondade, salva os negros de um regime de opressão no qual viviam. Como se não bastassem o nazismo e o antissemitismo, a observação das relações inter-raciais, demonstra nitidamente que o racismo é um fato e uma realidade, enquanto a "raça" é apenas um conceito, inclusive revisto pelos biólogos modernos, que não mais recorrem a ele para explicar as diversidades biológicas dentro da espécie humana

Considerado como o maior acidente histórico sofrido pelos africanos e seus descendentes, o racismo pode ser considerado um mecanismo que segrega, exclui, extermina e discrimina o negro em sociedade. Almeida (2019), em seu livro *Racismo estrutural*, apresenta o conceito como um processo de caráter sistêmico, já que não se trata somente de atos de discriminação, mas sim de todo um processo que traz à tona condições de subalternidade e privilégio que se distribuem em diversos âmbitos, inclusive nas relações

interpessoais. Além disso, Almeida (2019) articula esse conceito com a segregação que exclui, violenta e mata, deixando estigmas que nomeiam e estabelecem um lugar ao negro manifesto através dos preconceitos, estereótipos e discriminações. Todos esses processos são geradores de situações de violência física e simbólica, que produzem marcas psíquicas, ocasionando dificuldades e distorções dos sentimentos e das percepções de si mesmo.

As atitudes racistas são incorporadas às estruturas sociais, incluindo instituições políticas, educacionais, de saúde e diferentes equipamentos do Estado, engendrando acesso e tratamentos desiguais. Pensando nisso, Almeida (2019) cunha o conceito de racismo estrutural, que seria um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma determinada sociedade, com o intuito de excluir um número substancial de minorias da participação em instituições sociais. Durante muito tempo esse movimento foi imperceptível, tendo em vista um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas enraizadas em nossa cultura, promovendo direta ou indiretamente o preconceito racial, a discriminação e consequentemente a segregação.

Foucault, na obra *Os anormais* (2001), discute o conceito de anormalidade que concerne ao sujeito considerado degenerado, que era visto como não educável, não disciplinável, resistente à penalidade, incurável, considerado uma figura monstruosa disposta a atrocidades. E em torno deste conceito, diversos outros conceitos, teorias, estudos e instituições foram criados. Segundo o autor: “É para o indivíduo perigoso, isto é, nem exatamente doente nem propriamente criminoso, que esse conjunto institucional está voltado.” (FOUCAULT, 2001, p. 43) A partir dessa ideia trazida pelo autor, atrelaram-se várias práticas corretivas e disciplinares, com o pressuposto de que se soubesse a respeito desses sujeitos que seria o oposto a tudo que se encaixava na normativa branca que tornou-se aquela que dita as regras, já que era a considerada superior. Foucault denomina isso como o binômio “saber-poder”. Esse binômio gera consentimento, naturalizando práticas e ideias construídas historicamente, tornando as partes integrantes das subjetividades. Este binômio “naturaliza” posições políticas e morais frente aos mais diversos fenômenos, atribuindo a decisões parciais, institucionalmente enviesadas, o estatuto de verdade.

Ribeiro (1995), em *Cor e criminalidade*, ao discutir a questão racial no que diz respeito à criminalidade, afirma que a cor hierarquiza, estigmatiza, diferencia e define aqueles que são castigáveis, tratáveis ou até mesmo irrecuperáveis. O autor destaca ainda a tendenciosidade do tribunal afirmando que: “[...] ao aceitar a caracterização da vítima como um homem de cor preta com instintos perversos, estivesse sendo permeado por representações sociais e, ao

mesmo tempo, ‘legitimando’ algumas destas representações.” (p.25) Os estigmas sociais, baseados no dito racismo científico, seguem reverberando no modo como se enxerga a pessoa negra, que ainda hoje é vista como animalesca, irracional e perigosa. Argumento irrefutável quando verificamos que a maioria da população carcerária ainda é negra e, também, a que é mais morta pela polícia.

Em uma pesquisa mais atual, de 2019, os negros (soma dos pretos e pardos de acordo com a classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras.

Mbembe (2011), em seu livro *Necropolítica*, usa o conceito de “biopoder” trazido por Foucault como base de seus estudos. Para o autor, o biopoder estabelece que o domínio sobre a vida se dá a partir do poder, e este define quem morre e quem vive. Nesse caso, manda quem tem mais poder. E, pensando na lógica europeia, sabemos bem qual a posição do negro nesse contexto. Nessa lógica separatista, se exerce um controle que segrega biologicamente os grupos e os classificam. Para o autor, esse seria o conceito foucaultiano de racismo e, a partir disso, as desvantagens de ser negro se desenrolariam. Seria nesse momento inscrito, em cada corpo negro, o signo de morte. Em contraponto, os sujeitos lidos como brancos nesse contexto, teriam inscrito em si a vitalidade e a longevidade, já que seu corpo seria o aceito tendo acesso social privilegiado.

O "deixar viver e deixar morrer", tal como colocado pelo biopoder, define as condições de vida e de morte às quais o negro estará submetido. Com isso, concluímos que o racismo seria a expressão do biopoder brasileiro, já que dita as regras e permite a sua execução. A partir dele que se faz a distribuição da morte, tornando possíveis as funções assassinas do estado. Através de tais reflexões, Mbembe (2011) apresenta o que ele chama de “necropolítica”: a capacidade de estabelecer parâmetros nos quais a subordinação da vida pela morte está legitimada. Destacamos que a necropolítica não se dá por uma instrumentalização da vida, e sim pelo extermínio dos corpos. O necropoder é um recurso base do capitalismo que atua por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento da morte de certos grupos.

Estamos falando aqui não só do direito de matar como também de gerir condições de morte em vida. Não é sobre eliminar somente o corpo, e sim também de uma eliminação subjetiva. Não é só deixar morrer, é também fazer morrer. Podemos concluir, então, que a necropolítica opera a partir da desvalorização de saberes e modos de vida dos que não são pertencentes aos grupos de supremacia. Aproxima-se neste momento do conceito trazido pela filósofa brasileira Sueli Carneiro, o “epistemicídio”.

Carneiro (2005), ao trazer o conceito de epistemicídio, diz que ele está para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados. Trata-se de um processo persistente de produção de segregação que, paulatinamente, é dado: pela negação ao acesso à educação, sobretudo, de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como detentor de saber e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência de recursos e/ou pelo comprometimento da autoestima por meio dos processos de discriminação durante o processo educativo. Já que não é possível somente desqualificar os modos de saber, desqualifica-se também o sujeito como ser crítico. E, assim, a razão e a condição de alcançar conhecimento tornam-se impossíveis. Por esta razão, dizemos que o epistemicídio é mortífero, pois mata, sequestra e mutila a capacidade de aprender de duas maneiras distintas: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. Se considerarmos que o epistemicídio é um processo que produz inferioridade intelectual ou a negação de tal capacidade, e o biopoder é uma forma de “deixar viver ou deixar morrer”, podemos concluir que o epistemicídio pode facilmente ser entendido como uma tecnologia que pode integrá-lo já que, por meio de suas estratégias, pode-se disciplinar/normalizar, matar ou anular.

Sempre visto como bandido, sujo, incapaz, o negro, por mais esforços pessoais que faça para ascender socialmente, será sempre um indivíduo marcado inicialmente pela cor da pele que impõe a ele esse estigma discriminatório. E, mesmo tendo consciência destas armadilhas e se implicando nisso, não há como não ser afetado por esses estigmas que a realidade sociocultural lhe outorga. Mas de que forma poderia a influência social afetar de tal maneira o sujeito? Como a história da sociedade, atravessada pelo racismo estrutural, ainda influi na constituição subjetiva do negro? É sobre isso que será a discussão do próximo capítulo.

2 As massas e suas diferenças

2.1- As massas e a constituição do eu

Embora muitos teóricos considerem que o individual e o coletivo são pontos distintos, Freud, em seu texto *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), destaca o quanto eventos sociais influenciam em nosso processo de construção do eu, aproximando assim a psicologia social da individual ao afirmar que, “na vida psíquica do indivíduo, o outro entra em consideração de maneira bem regular como modelo, objeto, ajudante e adversário...” (p. 35) Brousse segue pela mesma lógica ao afirmar em seu livro, *O inconsciente é a política* (2003), o quanto sujeito e coletivo se aproximam, já que “o desejo que o sujeito deseja decifrar é sempre o desejo do Outro, uma vez que passa pelos desfiladeiros do significante.” (p.17) Em outras palavras, o que Freud e Brousse tentam nos transmitir é que a constituição do sujeito está intrinsecamente ligada ao Outro pelo viés do desejo e, como decorrência, o sujeito e o coletivo não são polos apartados, mas elementos enlaçados.

Freud (1914), em seu texto *Uma Introdução ao Narcisismo*, afirma que inicialmente o Eu não existe, ele precisa ser construído a partir da relação com o outro. Santos, pautando-se no processo de constituição subjetiva freudiana em seu livro, *Tornar-se negro* (1983), considera que somos seres moldados, constituídos através de nossas experiências, a de nossos pais e a da sociedade na qual estamos inseridos. Conforme dito no parágrafo inicial, sujeito e coletividade não são instâncias independentes. Segundo os autores, a formação do Eu individual se daria a partir de sua maneira de estar em sociedade. As dimensões do eu a partir de Paim Filho (2021) e Souza (1983) trazem à luz todo o processo que Freud cita anteriormente. Para ambos os autores, a partir do narcisismo primário, o produto do investimento parental possibilita a criação do “eu-ideal”. Essa condição acaba trazendo à tona a sensação ilusória de uma plena completude, chamada por Freud de “eu prazer purificado”. Paim Filho (2021), em seu livro *Racismo: por uma psicanálise implicada*, traz à luz todo esse processo a partir da fala de Freud citada anteriormente:

“Tomando essa assertiva como sinalizador, temos que o narcisismo primário, produto do investimento parental, possibilitará a criação do Eu-ideal. Tal condição instaura a vivência da mais plena completude, de tal monta que receberá o codinome de eu prazer purificado: *His Majesty, the Baby* (Freud, 1914, p.110). Esse Eu-ideal, em seu processo de desenvolvimento, vai sofrendo embates decorrentes da vida — anúncios de estados de privação (o saber da castração) advindos do mundo externo

– que determinam trabalhos elaborativos, o luto do paraíso perdido, e que permitem o aflorar de uma nova instância: o ideal-de-Eu.” (PAIM FILHO, 2021, p.26)

Sendo assim, por meio desses “embates decorrentes da vida” a instância do ideal do Eu se formaria em um paradoxo que serve como uma bússola para orientar o caminho no qual o sujeito percorrerá. Souza (1983) aponta que essa instância é a que estipula a Lei e a Ordem, a que dá lugar ao discurso. Como decorrência, é pertinente pensar em como ele atravessa as pessoas. Souza (1983) afirma em seu texto que o contexto familiar é o primeiro lugar no qual o ideal do Eu encontra solo para se constituir. Segundo Freud (1914), no início de tudo, o bebê é movido por pulsões e de maneira desordenada. A partir do convívio com seu cuidador, do modo como este é atravessado pela castração, ou seja, como ele significa a falta e a reelabora por meio da edificação de seus ideais, é que o bebê viverá a experiência de constituição daquilo que podemos chamar de narcisismo primário, porta de entrada para a formação do Eu.

Em seu texto, *O inconsciente é a política*, Brousse (2003) nos ensina que a linguagem carrega e constitui a história. Nota-se, contudo, que o ideal do eu que orienta o campo de escolhas e desejos dos pais está inserido dentro de um contexto mais amplo, pois este desejo que os pais encarnam é também a presentificação do desejo do Outro. O casal parental encarna a função deste primeiro Outro para a criança e, através dos seus cuidados e proteção, favorece que o Outro se estruture como linguagem para o infans. E a linguagem, como nos ensina Brousse (2003), carrega a história e, portanto, a construção psíquica dela será construída desde os primeiros instantes de sua existência, a essência dos valores contidos na sociedade. Nesses territórios, somos atravessados por experiências vividas por nós mesmos e pelo outro, sendo assim outra fonte para alimentar esse ideal do Eu estruturado pelas raízes da sociedade.

É justamente a partir de uma relação de gozo, entendido como satisfação para além do prazer como princípio, que Freud (1921) discute como as massas se reúnem a partir de uma identificação (contágio) e renunciam às suas singularidades para alcançar um único ideal, o de ser aceito na massa e assim se tornar invencível. Seguindo sem pestanejar as ações sugeridas pelo seu líder (sugestionabilidade), o sujeito inserido na massa “se deixa sugestionar pelos outros” (p.77), a fim de ser amado. E para que uma sociedade se organize, faz-se necessário que haja renúncias, portanto, segundo Freud (1921), toda cultura se baseia em restrições impostas entre ela a fim de preservar o estado das coisas, mesmo que isso diga a respeito de abrir mão do próprio gozo. Nesse processo, o objeto como fonte de sensações prazerosas tende a ser incorporado pelo Eu, a chamada Lei de Atração se exerce e o amamos. Em contrapartida, quando o mesmo objeto é fonte de sensações desprazerosas, há um esforço

para que seja rechaçado, distanciado do Eu. É sentido a repulsa do objeto ao ponto de tornar-se uma inclinação à agressão, uma intenção de aniquilá-lo. Nesse contexto, é notável que as marcas diferenciais presentes no corpo lido como negro, como estão associadas à menos valia advinda da escravidão, podem ser introjetadas como menos valor ou elementos a serem suprimidos. Conforme será explicado melhor adiante.

Sendo assim, movido pelo princípio do prazer, tudo aquilo que é desagradável é expulso, considerado pelo sujeito como algo não pertencente a si, e quando o contrário ocorre, quando há prazer, considera-se sendo pertencente a si. Anos depois, Freud, no famoso artigo intitulado “O mal-estar na civilização” (1930), discorre sobre as adversidades das relações sociais tendo como ideia central que viver exige renúncias pulsionais tanto no ponto de vista da sexualidade quanto da agressividade, o que causam frustrações que, juntamente com a ausência de garantias de uma vida em sociedade, geram mal-estar.

2.2- O narcisismo das pequenas diferenças e sua função segregativa

Em meio à discussão sobre o mal-estar, Freud cita o termo “narcisismo das pequenas diferenças” (1930), no qual estuda a hostilidade dirigida a certos alvos, conforme cita Sales (2019):

“Uma das funções do “Narcisismo das pequenas diferenças” na sociedade é, sem dúvida, promover a coesão de determinados grupos, uma vez que permite a agressividade se dirigir para fora do grupo e não aos seus membros. Ação que tem dupla vantagem: de um lado a livre expressão da agressividade, de outro, proteção contra a agressividade dos seus pares. É por isso que Freud (1930/1996) afirma: É possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade.” (SALES, 2019, p.47)

Apesar de sua complexidade, o termo jamais foi aprofundado. Pode-se vê-lo em diferentes momentos da obra do autor, mas sempre de forma muito breve, para apresentar outros conceitos talvez mais importantes. Façamos então um breve levantamento dele nos diferentes textos freudianos.

O primeiro momento que podemos nos deparar com o conceito foi no ensaio *O tabu da virgindade* (1917), que discorre a respeito de um estudo feito por Crawley, no qual argumenta que as pessoas são separadas por um “tabu do isolamento pessoal”, e seriam

exatamente as pequenas diferenças entre elas a base de sentimentos de estranheza e hostilidade mútuos. Em seu texto, Freud (1917) reflete a respeito dos costumes da antiguidade, carregado de machismos a respeito da sexualidade feminina devido à hostilidade e ao desejo de vingança que o defloramento provocaria. E destaca a frigidez como aspecto importante na vida sexual da mulher, trazendo à tona o Édipo e o complexo de castração.

A valorização da virgindade seria a extensão do direito de propriedade à mulher, tal valorização se associa à servidão sexual, dependência de uma pessoa com quem há envolvimento sexual, base do matrimônio, o que também ocorre nos povos primitivos, ao ponto do defloramento ter se tornado tabu devido à angústia frente ao ato primeiro. No entanto, a sua importância é devido à resistência sexual ter sido vencida e ao fato ocorrer somente uma vez, sendo assim um acontecimento único e que tem o peso de um ato. Esse ato, devido ao seu furo, traz consigo uma nova significação de algo incompreensível, inquietante, considerado até hoje um rito de passagem.

É nesse contexto que o autor conversa com Crawley, que se discute a abrangência do tabu em quase toda a vida sexual, afirmando que a mulher é um tabu em sua totalidade, já que em diversos momentos existe a necessidade de afastamento em alguns povos na época de caça, guerra e colheita não somente devido a situações derivadas da vida sexual como também pela menstruação, pela gravidez e pelo puerpério. Nesse contexto, a mulher ocupa um lugar de enigma, de diferença que provoca estranhamento justamente por questões referentes ao seu corpo.

A partir desta abordagem, Freud (1917) inaugura o termo narcisismo das pequenas diferenças, no qual afirma que cada indivíduo se diferencia dos outros devido a um tabu de isolamento pessoal que é constituído de pequenas diferenças existentes entre as pessoas e que, quanto ao restante, são semelhantes. Tais diferenças engendram sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. É a partir desse chamado tabu de isolamento pessoal que pode-se pensar na repulsa à mulher e que aproxima-se, nos dias de hoje, da população negra.

Alguns anos depois, o termo retorna em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), como um pormenor que diferencia massas, por meio de uma referência à parábola de Schopenhauer sobre os porcos-espinhos, que no frio se aproximavam uns dos outros para se aquecer, mas se machucavam com os espinhos e se afastavam novamente.

Nesse texto, Freud (1921), ao discorrer sobre a psicologia de grupo, discute os mecanismos identificatórios a partir da perspectiva do ideal do ego, que amplia o alcance da

libido, tornando-se um instrumento que permite pensar as bases da organização social a partir da perspectiva de que a identificação funciona como a primeira expressão de um laço emocional com outra pessoa e assim pode-se chegar à formação do grupo social. Dentre os principais objetivos alcançados nesta obra, existe a distinção entre a psicologia individual e a psicologia social, que apesar de muitos fazerem distinção, ambas se correspondem intimamente uma com a outra e demonstram que a identificação e o ideal do ego servem de premissa para entender o modo de funcionamento do laço social.

Para exemplificar esse funcionamento, Freud (1921) apresenta a parábola que Schopenhauer usa para falar do modo como os seres humanos em geral se comportam afetivamente entre si e, principalmente, para descrever essa impossibilidade de uma aproximação muito íntima do outro. Com exceção da relação entre mãe e filho, todas as demais teriam seus espinhos, segundo Freud. Mas o que o autor toma como ponto central aqui é que essas diferenciações causam aversão, hostilidade e intolerância apegadas aos pormenores da diferenciação para se expressar, as chamadas “pequenas diferenças”.

Já em seu famoso ensaio *O mal-estar na civilização* (1930), há uma retomada no assunto, mas com um patamar conceitual em que a ênfase não já recai sobre a unificação de um grupo, e sim na exclusão, da rejeição do outro e da pulsão que a ele é destinada.

Considerado um dos mais importantes textos de Freud (1930), em que aborda sua teoria da cultura, o pai da psicanálise ensaia a respeito dos conflitos entre indivíduos e sociedade, que resultam em infelicidades e evocam respostas a elas. Nesta obra, é trazido o termo “civilização” como designador da soma de realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais, e dá margem para dois fins, apontando que os indivíduos são organizados em civilizações, assim regulamentando suas convivências interpessoais. É na busca pelo prazer que constitui as intenções dos homens em suas respectivas vidas. Porém, dado que o “princípio do prazer se converteu no mais modesto princípio de realidade, sob a influência do mundo externo”, a tarefa de evitar o sofrimento torna-se uma segunda meta, oposta à primeira. Com isso, chega-se à conclusão de que, para que haja essa organização, é necessário que haja renúncias pulsionais. Como explicação, Freud (1930) mostrou que toda “a cultura totêmica se baseia nas restrições que eles tiveram que impor uns aos outros, a fim de preservar o estado das coisas”. Nesse contexto ressurgiu o termo “narcisismo das pequenas diferenças” que é utilizado para destacar a falta de tolerância e o que vem junto desse tipo de afeto. Todos aqueles que possuem características que foram restritas são excluídos e não aceitos. E assim afirma que: “Sempre é possível ligar um grande

número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade.” (FREUD, 1930/2010, p.80-81)

Em seu último ensaio, *Moisés e o monoteísmo* (1939), o assunto é retomado para analisar o ódio dirigido aos judeus. No texto, o fato de os judeus serem minoria vivendo em povos diferentes dos deles trazia um sentimento que fazia com que ocorresse hostilidade a eles. Cita-se no texto que: “[...] a intolerância dos grupos é quase sempre, de modo bastante estranho, exibida mais intensamente contra as pequenas diferenças do que contra diferenças fundamentais.” (p.111).

Escrita em dois momentos distintos, uma parte em 1937, um ano antes do início da Segunda Guerra, e outra parte em Viena em 1938, *Moisés e o monoteísmo* discorrem sobre uma estrutura religiosa que sob signo de ódio promovia a tolerância máxima aos semelhantes e a intolerância máxima às diferenças. O texto em si traz o atravessamento do autor e sua trajetória de vida e a história da psicanálise, já que Freud (1939) confessa, logo no início, que apesar de pertencer ao povo judeu, ele contestará a origem do homem que este povo celebra como o maior de seus filhos. (FREUD, 1939, p.7) A desnaturalização da figura de Moisés se dá na tentativa de refletir sobre a intolerância como expressão de uma vontade de assegurar a coesão ao semelhante, que destrói tudo o que se opõe. É nesse sentido que se deve destacar a necessidade de compreender o ódio ao outro por meio da metáfora do Judeu trazida por Freud (1939) nesse texto, que faz analogia ao mais à frente destrinchado conceito de *unheimlich*, aquilo que causa angústia, horror e estranhamento. A partir dessa discussão que se fez uso do conceito de "narcisismo das pequenas diferenças" já que segundo ele, os judeus não são, em princípio, fundamentalmente diferentes dos povos que os acolhem, mas o que é espantoso é que a intolerância das massas se exterioriza com muito mais intensidade frente às pequenas diferenças do que frente a diferenças fundamentais. (FREUD, 1939, p.87) Nesse contexto, a segregação e o racismo com os povos situam a dimensão agressiva vivida por eles devido à diferença existente. Essa diferença é provocadora de angústia e horror ao mais íntimo que, tomado pelo eu como objeto externo, constitui em objeto do ódio na segregação e no extermínio.

A partir deste levantamento das obras de Freud, é notado a atemporalidade existente no que tange a respeito da segregação às diferenças. São exatamente as pequenas diferenças entre os povos que, sob qualquer outro aspecto, são iguais, que se formam as bases dos sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. Nota-se que ao mesmo tempo em que

existem coisas que os aproximam, também existem as que os afastam e que estão no cerne da hostilidade. Sales (2019) discorre a respeito do tema:

“O ‘Narcisismo das pequenas diferenças’, como postula Freud em 1930, permite que traços hostis sejam dirigidos a alvos específicos e aceitáveis do ponto de vista do grupo social ao qual o sujeito pertence. No entanto, ao contrário do que se poderia supor, os alvos de hostilidade não são pessoas ou grupos radicalmente diferentes, eles são, na verdade, bem semelhantes, advindo daí o termo “pequenas diferenças”. (SALES, 2019, p.47)

Pode-se considerar que Freud (1921) esteja preocupado com o tema que está discutindo já que, ao fazer uma análise das massas a partir do contexto histórico de sua época, esbarra em questões que o tocam como sujeito, já que ele é judeu e vê seus familiares sendo perseguidos e mortos no momento sangrento que viveu. Podemos dizer que não é à toa que a psicanálise se depara pela primeira vez com a temática do racismo a partir do texto *Psicologia das massas e análise do eu*, que foi publicado logo após a Segunda Guerra, ocasião na qual ocorreu uma grande perseguição ao povo judeu. Juntamente com isso, percebe-se o atravessamento do referido autor ao tema. Freud sendo judeu, em plena Guerra, convive com todos os sofrimentos daquele período. E, frente àquele contexto de perseguição ao povo judeu, ao escrever tal texto, se vê dentro e ao mesmo tempo fora, um misto de horror e familiaridade, aquilo nomeado por Freud (1919) como “*Unheimlich*”, e tema retomado por Lacan (1959-60), no seminário da ética, por meio do termo “[como] extimo”, conforme discutiremos mais tarde.

2.3- O *Unheimlichkeit*

As reflexões em torno do *Unheimlich* são trazidas pelo autor no ano de 1919, a partir da obra de E. T. A. Hoffmann, e versam sobre o mal-estar que nasce de uma ruptura na racionalidade tranquilizadora da vida cotidiana. No campo de suas possíveis significações, *Unheimlich* pode ser traduzido como hora ou lugar estranho, inquietante, desconfortável, sombrio, obscuro, assombrado, repulsivo, sinistro, suspeito, lúgubre, demoníaco. O texto de Freud (1919) funda-se nessa ambiguidade: *heimlich*, que quer dizer “familiar”, também significa “algo secreto e oculto”, o que torna esta palavra próxima de seu oposto, *unheimlich*. Às ressonâncias do significante, Freud (1919) aponta que o estranho, *unheimlich*, de alguma forma deriva-se de *heimlich*, do familiar (que é também o oculto, o secreto). Isto que o leva a formular a concepção de “infamiliar”. *Das Unheimliche* concerne a algo mais forte, mais fugaz: é angústia mais horror.

Sales (2019), ao conceituar resumidamente o fenômeno do “estranho familiar”, levantado por Freud (1919), afirma que ele “comporta uma ambivalência intransponível, a presença de semelhanças na diferença, reveladora de que está em curso o retorno de algo que foi recalçado.” Essa afirmação nos leva a pensar que se trata apenas de algo que para o sujeito é tão insuportável ao ponto de não se tolerar ver no outro, algo que se torna assustador justamente porque fora aquilo que remete a falta. O fenômeno do estranho familiar e o recalque se unem a partir do momento em que nem tudo que é assustador evoca o sentimento do estranho, e sim apenas as situações em que há também subversão da lei do recalque, fazendo com que aquilo que deveria estar recalçado no “segredo” venha à tona.

Freud esmiúça o tema apontando a paradoxal coincidência evidenciada entre *heimlich* e *unheimlich*. Nesse sentido, *unheimlich* seria o paralelo entre o familiar e o não familiar, dando ao mesmo tempo a ideia de casa e também de desalojamento. Lacan explora amplamente este conceito, já que o cerne da questão diz respeito ao radical *heim*, termo que anos depois é retomado em *O Seminário, Livro 10: a angústia* (1962/1963), no qual, de acordo com ele, é aquele objeto que causa um misto de angústia com horror, aquilo que ao mesmo tempo é familiar e inquietante.

Lacan (1962/1963) dedica sua atenção ao radical *heim* para discorrer a respeito da angústia, afirmando que é justamente este o lugar de seu aparecimento. Segundo ele, é justamente no sentimento de estranheza curiosamente trazido por vivências familiares que a imagem especular tornou-se a imagem estranha e invasiva do duplo, e com a experiência do *heim* traz consigo a ideia do que é vivido quando da emergência à angústia. Se destaca, neste caso, a referência ao duplo como lugar no qual a constituição da imagem especular se mostra limítrofe. A imagem recusada do duplo nos faz aparecer como objeto por nos revelar a não autonomia do sujeito. O estranho e o invasivo habitam na própria morada, e lá, que antes era o lugar no qual o sujeito se reconhecia, encontrará o indizível, revelando sua posição de objeto. Nesse sentido, o *heim*, radical referido à emergência da angústia, designa o ponto de rachadura em que o sujeito não mais se reconhece em sua imagem, revelando, numa fratura muito íntima, a sua localização no campo do Outro, a sua falta.

No que tange fazer um paralelo entre os termos “estranho familiar” e “narcisismo das pequenas diferenças”, ambos sem aproximam devido à negação mediante aquilo que é diferente e deveria estar recalçado, e que de uma certa forma possui conexão, conforme explica Sales (2019):

Constatamos assim que o “estranho familiar” e o “narcisismo das pequenas diferenças” comportam ideias muito semelhantes e complementares. A primeira delas é que os sujeitos, diante de algo que lhes parece estrangeiro, usualmente se negam a estabelecer uma relação amistosa, tendendo a construir relações com marcas acentuadas de agressividade, mesmo que essa agressividade não se materialize em ações. A segunda é que os elementos rechaçados pelo indivíduo ou pelos grupos no processo de discriminação possuem mais conexão do que desconexão com eles próprios. (SALES, 2019, p.49)

Freud, em *O mal-estar na civilização* (1930), traz consigo a ideia de que a essência do conflito do homem com o outro, que inicialmente se encontra no gozo, também está instituída sobre a segregação e o amor do semelhante no ódio do diferente. Além disso, diz que sua essência transpõe tanto o processo civilizatório quanto o desenvolvimento individual, fazendo com que o estranho familiar que acossa o sujeito, algo que lhe concerne, se transforme no estrangeiro que precisa ser eliminado socialmente. Ademais, nota-se que o narcisismo das pequenas diferenças faz parte da constituição do sujeito e que tem como função, proteger o narcisismo. No entanto, quando levado ao extremo, leva à segregação e ao racismo, expressões consideradas a máxima da intolerância ao outro e a si mesmo. Sendo assim, a segregação e o racismo dispõem-se na dimensão agressiva mediante a uma pequena diferença, o que provoca angústia. Este tema pode ser recortado por meio do termo “extimidade”.

2.4- Extimidade

O termo extimidade é construído como um neologismo por Lacan em 1950 em *O Seminário, Livro 10: a angústia*, que é a tradução da expressão *extimé*, mas só é aprofundado por ele na década de 1970, quando une os conceitos centrais: a saber, Real, Simbólico e Imaginário, transformando em um nó borromeano. No entanto, essa teorização remete às reflexões freudianas acerca do conceito de pulsão e do processo de constituição do eu em contraposição com o mundo externo que se esbarra com dificuldade de articulação entre aquilo que é externo e interno. Mediante a isso, Lacan afirma que cada sujeito tem o próprio modo de se relacionar no mundo no qual não haveria distinção entre aquilo que é interno e externo, tal qual é representado na Banda de Moebius, onde dentro e fora estão do mesmo lado.

A noção de extimidade trazida por Miller em seu texto *Racismo e extimidade*, no ano de 2010, denomina que se trata de um horror ao que é mais íntimo e que, tomado pelo eu como um objeto externo. Ele afirma que a noção de extimidade refere-se diretamente à questão da

imigração, toca algo do estrangeiro. Segundo o autor, o sujeito no qual definimos se dá a partir de seu lugar no Outro, já que não existe morada senão no Outro. Com isso, Miller também associa tal termo ao fato de a psicanálise ter sido inventada justamente por Freud. Tal analogia é referente ao fato de Freud ter sido judeu e ter vivenciado um período no qual ocorreu a segregação dos judeus. Schechter e Bonfim (2020), em seu artigo “Psicanálise e racismo: entre os tempos de ver, compreender e concluir”, no qual discorrem sobre a questão do racismo a partir da psicanálise, pensam a questão da extimidade não somente como o ódio no nível da agressividade como também pela via do gozo, e o associam ao racismo:

“Miller (2010) afirma que não é suficiente pensar sobre esse ódio somente no nível da agressividade, indicando que ele visa o real no Outro. Esse real aponta justamente para a dimensão do gozo — esse elemento heterogêneo e desconhecido presente em todo sujeito que ele experimenta como modos de satisfação pulsional, tanto pela via do prazer quanto da dor. Nesse sentido, Miller produz uma articulação entre racismo e a noção de extimidade, ou seja, o Outro interior. Portanto, ele pensa o racismo como um ódio ao gozo do Outro, um ódio por não tolerar a maneira particular como o Outro goza.” (SCHECHTER E BONFIM, 2020, p.15)

Vemos o quanto o conceito de extimidade cunhado por Miller (2010) é tributário às reflexões de Freud — nos remete diretamente ao conceito de Estranho trazido por Freud muito antes de Miller ter pensado a extimidade. Em ambos, podemos ver o horror a algo não reconhecido em nós mesmos, algo que recalamos justamente por ser insuportável de encarar. Schechter e Bonfim (2020) associam os termos:

“Dito de outro modo: o que se verifica, assim, é uma segregação do estrangeiro que há em nós, que diz da presença inquietante do Unheimliche, do infamiliar, tal como encontramos em Freud (1919/1996). Sendo assim, Miller (2010) afirma que a noção de extimidade mantém relação com a questão da imigração. Isto é, ser um imigrante, um estrangeiro, é o estatuto do próprio sujeito. Como um sujeito dividido, sua constituição se dá a partir do campo do Outro, a partir de uma alteridade — o que confere seu próprio desconhecimento.” (SCHECHTER E BONFIM, 2020, p.16)

Tendo em vista toda essa articulação, pode-se perceber como um sujeito se constitui socialmente e reage frente àquilo que foi estruturalmente estabelecido como normativo. E em um contexto no qual a supremacia é branca, ser negro torna-se indevido, estranho e com um lugar previamente estabelecido. Sendo assim, a partir de uma sociedade estruturalmente racista, “ser negro significa viver à margem da cultura, o forasteiro de si: atravessamentos tanáticos no corpo e na alma.” (Paim Filho, 2021, p.28)

Seguindo a premissa abordada no início deste capítulo de que o social e o individual se interligam no que diz respeito à constituição do sujeito, podemos pensar em como se dá a estruturação do sujeito em uma sociedade que o considera “à margem”, o expurgo daquilo que é socialmente aceito, o oposto conforme cita Paim Filho (2021):

“O branco tem no negro uma tela de projeção, via identificação, pelo reverso. Esta condição é viabilizada pelos destinos pulsionais narcísicos: o retorno sobre si mesmo e a transformação no contrário. Nesse processo, o negro figura como uma besta selvagem (projeção) que tem que ser domesticado, por aquele, o branco, que se diz civilizado...” (PAIM FILHO, 2021, p.24)

3 Racismo e identificação — um processo segregativo

3.1- Identificação em Freud e Lacan

A palavra “identificação” deriva do adjetivo latino “idem”, que significa “o mesmo”, determinando como “perfeitamente igual” ou “semelhante, análogo”. A partir dessa etimologia, pode-se pensar que se refere àquilo que é idêntico ou o mesmo, sendo, portanto, identificadora de algo que permanece. Na psicanálise, o conceito é conhecido como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa. Inicialmente, as observações de Freud no texto *Introdução ao Narcisismo*, de 1914, permitem pensar nesse mecanismo operando na constituição do eu por meio das instâncias ideais e nas diferentes escolhas de objeto. Já no texto de 1924, *A dissolução do Complexo de Édipo*, esse mecanismo é fundamental para definir a posição do sujeito frente ao sexo, do mesmo modo que está presente no conceito de supereu, que surge a partir da identificação com a instância parental. No entanto, é em 1921, no texto *Psicologia das massas e análise do eu*, que Freud se dedica ao conceito, afirmando que as massas se conectam como unidade a partir da identificação. Considerando-a uma das maiores expressões de laço emocional entre as massas, o autor classifica o conceito em três formas básicas: a inicial derivada da primeira fase da organização libidinal, a fase oral, na ordem da incorporação, a partir de uma lógica canibalista na qual se incorpora o objeto desejado ao comê-lo, aniquilando-o; a segunda trata-se de algo mais parcial, em que um único traço do objeto é introjetado pelo eu; e o terceiro seria nomeado como o desejo de colocar-se na mesma situação. Em suma, o autor resume:

“Podemos resumir o que aprendemos dessas três fontes afirmando, em primeiro lugar, que a identificação é a forma mais original de ligação emocional com um objeto; em segundo lugar, por via regressiva ela se transforma em substituta de uma ligação objetual libidinosa, como que por introjeção do objeto no eu; e, em terceiro lugar, que ela pode surgir sempre que se percebe qualquer nova característica em comum com uma pessoa que não é objeto de impulsos sexuais. Quanto mais significativa for essa característica em comum, tanto mais bem-sucedida poderá se tornar essa identificação parcial, e, assim, corresponder ao começo de uma nova ligação.” (FREUD, 1921, p.103)

Tendo isso como base, Freud (1921) discute e analisa o comportamento do sujeito ao se inserir em uma massa e abre margem para uma nova perspectiva sobre o processo de identificação, que considera que toda relação do sujeito com o outro, um fenômeno de caráter

social. Já Lacan (1961-62) declara que esse processo serve de alicerce para se pensar sobre a constituição do sujeito levando tal conceito a um outro patamar. Esta revela o quanto o outro é onipresente na experiência subjetiva, o quanto a apropriação de um elemento que provém do outro tem ressonâncias na subjetividade.

A noção de identificação freudiana é retomada por Lacan, em *O Seminário, livro 9: a identificação* (1961-62), discutindo a respeito do estatuto do nome na constituição do sujeito através do traço unário. Lacan (1961-62) apresenta o conceito de modo diferente de uma imitação ou mesmo do pensamento de que a identificação seria uma referência pura e simples a um outro ao qual nos identificamos. O autor relê Freud em seu percurso das identificações e a discute de um modo mais radical, considerando a identificação como o nascimento de um lugar novo, inaugurando o mesmo em uma nova instância psíquica que serviria para a constituição do sujeito. A partir disso, acaba sendo proposto algo que se deriva justamente da proposta de Freud (1921) no texto *Psicologia das massas e análise do eu*, e sinaliza o que há de único no sujeito, o que marca o seu lugar singular na linguagem, aquilo que o faz ser “um”, que traz à tona uma certa singularidade.

Tal feito pode ser considerado uma reviravolta na teoria psicanalítica já que afasta o esquema tradicional da identificação de Freud e inaugura uma perspectiva a respeito desse conceito, já que Lacan (1961-62) considera a identificação não só como um processo inconsciente como também como a causa do eu, resolvendo uma problemática psicanalítica que é dar nome ao processo de constituição do eu.

3.2- Identificação e o processo de constituição do sujeito

Lacan (1961-62), ao abordar a questão da identificação, inaugura um novo olhar sob o conceito. Em seu percurso ele passa a considerar um lugar com a urgência de uma nova instância psíquica. Para isto, distingue a identificação em duas categorias; a primeira diz respeito a algo imaginário, que seria a partir deste lugar que se daria a origem do eu. Já a segunda, seria considerada simbólica e diria a respeito a origem do inconsciente.

A identificação que é chamada de “imaginária” é seria determinante para a constituição do eu. O imaginário é de suma importância na constituição do sujeito e está presente na obra de Lacan (1961-62) desde a apresentação do estágio do espelho que foi trazida por ele para trabalhar a questão do narcisismo primário, no qual ele propõe que o eu só se constitui

mediante ao outro. É a partir da imagem do outro que a criança se constitui como um ser. É com esse esquema que Lacan (1961-62) sustenta a relação entre o eu e o outro. Com essa referência de experimentos, ele problematiza a relação do sujeito em constituição com a imagem refletida no espelho, que marca uma relação embasada no fascínio pela imagem que aparece como a imagem do outro e que gerará efeitos na constituição da imagem corporal da criança como sujeito. Esse momento salienta a importância do olhar do Outro materno para que o eu possa se constituir como algo que representa um corpo que se forma mediante ao desejo do Outro. Sendo assim, o estágio do espelho acaba atestando um processo identificatório que instaura o advento do eu e de um corpo unificado pela imagem especular que lhe traz a sensação de completude.

Em suma, o que o estágio espelho proporciona é a formação do corpo imaginário do sujeito que traz consigo a sensação de unidade, de estatuto de corpo que permite a formação de algo no qual o bebê possa se identificar. É por meio dessa operação imaginária que se dá a consistência ao corpo fragmentado do bebê. Como um quebra cabeça montado e dando forma a imagem antes despedaçada, essa operação leva assim a uma constituição do “eu” que por fim torna-se um tanto ilusória, já que sabemos o quanto vem alicerçada ao processo de alienação ao desejo materno. Esse engano inopinado se faz necessário para a formação do eu já que sem ele a constituição do sujeito poderia ser extremamente prejudicada. Com isso, o imaginário tem uma forte relação com a noção de identidade, assim como a imagem corporal permite uma organização e fornece contorno ao bebê humano.

Sendo assim, a partir dos três registros da experiência humana apontados pela leitura de Lacan e de Freud, pode-se pensar no aspecto imaginário da identificação. A identificação marcada nesse campo fornece um ideal de identidade totalizante que busca uma completude, um fechamento de sentido. A identificação primária é um vazio constitutivo de bordas de um corpo marcado pelo significante, e desse processo resulta um efeito apresentado por Lacan (1961-62) como sendo intitulado “Nome-do-pai”, e sua função permite nomear as coisas e balizar a entrada do sujeito na dimensão fálica. É o que será visto a seguir ao abordar a identificação de ordem simbólica. Mas antes se faz necessário explicitar um conceito que dá todo o aporte à identificação simbólica, o significante. Nasio (1997), em seu livro *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da Psicanálise*, afirma que:

“O termo significante não designa nada de uma realidade diretamente tangível e observável; corresponde, antes, à necessidade que a psicanálise tem de abstrair e formalizar certos fatos — eles, sim, observáveis — que se reproduzem e se repetem

com insistência ao longo da vida. Um significante é uma entidade estritamente formal, indiretamente referida a um fato que se repele e definida pelas relações lógicas com outras entidades similarmente significantes.” (NASIO,1997, p.127)

O significante, visto pela língua portuguesa como uma imagem acústica ou manifestação fônica do signo linguístico, tem como principal determinante a cultura; o significante é utilizado por Lacan (1961-62) a partir de Saussure, um linguista que propõe em seu estudo uma visão estruturalista da linguagem. Para ele, a linguagem seria formada pelos signos e esses seriam compostos de duas dimensões que se unem em função do acaso, os chamados significante e o significado. O significante seria a parcela material do signo linguístico enquanto o significado seria algo mais conceitual, uma ideia que se associaria ao significante. Saussure, ao analisar tal teoria, pressupõe que o valor de um signo não é dado por suposição, dependerá sempre de uma relação em cadeia. Lacan (1961-62), a partir de sua teoria psicanalítica, reinventa a proposta de Saussure e argumenta, afirmando que a linguagem se constitui a partir de significantes e não de signos, e que o significado não teria uma fixação com o significante, muito pelo contrário, o significado é algo totalmente volátil. Mediante a isso, voltemos à temática da identificação.

Como dito anteriormente, a identificação simbólica diz respeito ao nascimento do inconsciente e produz o que chamamos de “um traço singular” aquilo que nos marca para sempre, nos faz ser um. Já dizia Lacan (1961-62): “O traço unário é anterior ao sujeito. *No princípio era o verbo, quer dizer No princípio é o traço unário.*” (p.31) Existe em todos nós um elemento comum que se repete, e é justamente esse elemento comum, que se repete em cada um dos acontecimentos significantes para além de suas diferenças, o que Lacan (1961-62) qualifica com o termo “traço unário”. Traço porque marca e unário por ser o Um que unifica e reúne os diferentes significantes sucessivos.

“*Simplex*, singularidade do traço, é isso que introduzimos no real, queira o real ou não. Uma coisa é certa; é isso que entra, e que já se entrou nisso antes de nós. Já é por esse caminho que todos esses sujeitos que dialogam há alguns séculos, afinal, têm que se arranjar como podem com uma certa condição: a de que, justamente, entre eles e o real, existe o campo do significante, porque foi a partir desse aparelho do traço unário que eles se constituíram como sujeitos.” (LACAN, 1961-1962, p.31)

É justamente distinguindo-se de Freud, que já falava a respeito desse traço, que Lacan (1961-62), por um viés mais abstrato, enumera as pessoas amadas e perdidas como significantes seriados, isola seu traço comum e encontra, finalmente, o sujeito do inconsciente, que é muito mais do que uma relação. Ele é ele próprio, o traço que unifica o conjunto dos

significantes. Deste modo, afirma-se que o que consiste na identificação simbólica seria o sujeito do inconsciente identificado com o traço que baliza invariavelmente a vida significativa, mas subtrai a vida, tem um traço ausente e que, no entanto, a marca para sempre. É por tal motivo que a singularidade de uma vida significativa é dada por uma marca que nos permanece exterior. Em outras palavras, existimos como uma marca que nos faz singulares, mas é justamente essa marca que nos faz ser únicos que também nos faz ser faltosos.

A identificação simbólica tem essa função de fazer furo que surge justamente para fazer suplência à totalidade enganosa que o imaginário dá ao aparentar ter um completo contorno do eu. Onde o imaginário busca um fechamento de sentido, o simbólico vem mostrando uma abertura para a significação, e onde o imaginário pressupõe uma identidade definitiva o simbólico traz consigo uma série de identificações. Porém, não podemos distingui-los, já que para Lacan os três registros possuem experiências inseparáveis. Segundo as colocações de D'Agord et al. (2006):

“É imaginária a identificação que faz sentido para o sujeito, é simbólica a identificação que opera no sujeito. Ambas provêm do exterior, por isso dizemos que são oferecidas. Mas, se a primeira é aparentemente total como a imagem devolvida pelo espelho, a segunda será sempre falta, hiância, abertura para significância, no sentido de que um traço é repetidamente substituído, mas o que causa essa substitutibilidade é a vacância, a falta. Pois o sujeito não é o seu nome, assim como ele não é nenhuma das suas imagens. Ele sempre será mais do que seu nome e mais do que suas imagens" (D'AGORD ET AL., 2006, p.120).

Visto a identificação como um processo de duas categorias que juntas são determinantes para constituição do sujeito, podemos pensar que, ao nos constituir, encontramos semelhanças e conseqüentemente diferenças. Na contemporaneidade, pensar em identificação remete justamente àquilo que, ao se mostrar diferente, separa e segrega. É o que será visto no tópico a seguir.

3.3- Identificação, segregação e racismo

Conforme visto durante todo este capítulo, é a partir de processos identificatórios que nos constituímos como sujeitos. Vista pela psicanálise como uma das mais importantes matizes constitutivas da subjetividade, é por meio da identificação que podemos pensar em uma discussão a respeito de laços sociais e conseqüentemente em segregação social e racismo. A partir desse conceito, considera-se o surgimento do inconsciente segundo a teoria lacaniana

como produto de um traço singular, unificador, mas que também se distingue dos significantes que surgem articulados em uma história. Denominado por Lacan (1961-62) como “menos um (-1)”, esse traço é visto como elemento externo, não pertencente àquilo que agora é considerado unificado, e, com isso, o que faz o sujeito ser singular, o que o torna tão íntimo é visto também como algo estranho e exterior, conforme citado no capítulo anterior. E é justamente isso que é êxtimo, que causa horror, repulsa e não aceitação. Apesar de palavras consideradas opostas, aqui neste contexto, êxtimo e íntimo se aproximam, já que é o mais íntimo que se encontra fora, segregado.

A segregação sob o olhar de Lacan (1961-62) não pode ser pensada longe da fraternidade. Freud já dizia que ao amarmos nossos semelhantes como a nós mesmos consequentemente deveríamos odiar aqueles que seriam opostos a nós. Com o conceito de narcisismo das pequenas diferenças, Freud (1930) argumenta a respeito das oposições tolerância/intolerância no âmbito individual e coletivo, já que é com esse conceito que é possível pensar no laço social a partir de um ideal que traz consigo uma sensação de pertencimento ao grupo, e, em contrapartida, para que isso ocorra, faz-se necessário que a hostilidade também encontrada no processo de identificação seja canalizada para fora do sujeito, o que podemos dizer ser o princípio das práticas segregativas. Portanto, não podemos pensar em coletividade e laço social sem segregação e exclusão, já nossa cultura é marcada pelo processo segregativo conforme citado abaixo por Pereira e Ferrari (2016):

“O que faz nossa cultura ser marcada pela segregação é o fato de o discurso do capitalista e o discurso da ciência tenderem a universalizar, através do engodo, que todos têm o mesmo acesso ao gozo, consequência do discurso científico sobre o campo social” (PEREIRA E FERRARI, 2016, p.208)

O campo social pode ser pensado como uma série de significações que constituem uma cultura. A cultura, por sua vez, vista como algo que organiza o homem e o auxilia a viver harmoniosamente em sociedade, é munida de aspectos, compartilhados entre os indivíduos que fazem parte deste grupo de convívio específico e que refletem especificamente a realidade social desses sujeitos. Constituída de ideias e normas que regulam o comportamento, esses aspectos constroem a realidade social dividida por aqueles que a integram, dando forma a relações e estabelecendo valores e normas. Freud (1930) define cultura como:

“a soma de operações e normas que distanciam nossa vida de nossos antepassados animais e que servem a dois fins: a proteção do ser

humano frente à natureza e a regulação dos vínculos recíprocos entre os homens”. (FREUD, 1930, p.87)

E é justamente a partir dessa constituição que podemos pensar na segregação. A universalização de aspectos faz com que haja uma idealização e conseqüentemente a segregação daqueles que não a cumprem.

Souza (1983) já afirmava em sua obra o quanto nos formamos a partir de uma herança ancestral, cultural e social. De acordo com a autora, o ideal do ego, instância que estrutura o sujeito, se formaria a partir daquilo que nos é transmitido pelos nossos pais, pelas estruturas sociais na qual vivemos e nas nossas interações inseridas no meio. Realizá-lo é uma exigência a se cumprir, dando o sentimento de triunfo ao se aproximar da realização e o sentimento de culpa com a falta de êxito. Souza (1983) também diz que esse ideal, formado por todos os aspectos aqui citados, é estabelecido em uma ideologia branca, fundada a partir de uma base social estabelecida pela branquitude e que, a partir de uma sociedade na qual a lógica de funcionamento é regida pela branquitude, onde as normas a serem seguidas regem a partir disto, pode-se pensar que tudo aquilo que não se encaixa é tido como errado, impróprio, êxtimo. No entanto, tal processo não é de agora, existe história por trás disso, um passado segregativo. Mas que passado seria esse?

4 O sujeito negro e o racismo

Foi dedicado um bom tempo na tentativa de justificar o ponto central desta dissertação: que o racismo influi diretamente no processo de constituição do sujeito e que deixa sequelas significativas. A premissa de que o individual e o social se aproximam e se influem talvez seja o ponto crucial para se pensar todo este trabalho. Ao compreender isso, percebe-se como a construção social de um racismo estrutural pode deixar sequelas no processo do negro em se constituir como sujeito, e como elas atingem o modo dele se relacionar com o mundo.

No levantamento sócio-histórico, vimos como o racismo foi se desenvolvendo como mecanismo genocida. Isildinha Baptista Nogueira, em seu artigo “O corpo da mulher negra” (1999), afirma que “o processo histórico de desumanização tem como consequência bloquear o processo de constituição da individuação, à medida que bloqueia a possibilidade de identificação com os outros nas relações sociais” (p.42). Em função desse passado histórico, de segregação, morte e violência, que marca a desumanização do negro e a representação como tudo aquilo que é rejeitado no homem, tem como consequência, a construção de uma individualidade social atravessada por tudo isso, o negro tem o seu processo de tornar-se sujeito comprometido, esbarrando em inúmeras dificuldades que, por vezes, dificulta percorrer outros caminhos senão o já previamente imposto através do racismo estrutural.

Trazer à tona como se dá todo processo de identificação é essencial para questionar como o sujeito negro se constitui numa sociedade formada a partir de uma lógica eurocentrista, na qual a branquitude torna-se a regra e todo o oposto é excluído e entendido como algo ruim, segregado, êxtimo. Baptista, em seu livro *Significações do corpo negro* (1998), discorre a respeito da dialética com a qual o negro se depara a fim de se constituir. De um lado, a herança social de um passado histórico de violência, escravização e racismo e, de outro, uma sociedade que denegam tal racismo, o que camufla o problema social que até hoje reside nela de que há, sim, *racismo*, e que ele produz efeitos sobre o negro, afetando sua possibilidade de constituição como indivíduo.

Para além disso, Baptista pontua em seu livro que existem duas dificuldades para a constituição do negro como sujeito: de um lado construir seu ego enquanto negro pertencente a esse grupo; de outro, o mesmo tipo de dificuldade em se constituir, mas, dessa vez, como indivíduo no interior do corpo social racista e genocida que extermina seu grupo. Segundo a autora, essas dificuldades seriam decorrentes a um não lugar social proveniente do processo de escravização vivido séculos atrás e que deu ao negro o lugar de objeto. Essa mesma posição

foi dada no período pós escravidão, já que mesmo com a Constituição de 1988 tendo supostamente dado ao negro o “estatuto jurídico de cidadão”, e assim uma falsa ilusão de “um lugar de indivíduo social” detentor dos mesmos direitos dos sujeitos lidos como brancos, o Estado se isentava de qualquer responsabilização. É o que anteriormente foi mencionado e intitulado de mito da democracia racial.

4.1 – O sujeito constituído e atravessado pelo racismo

Dando continuidade às premissas discutidas por Souza (1983) em sua obra, *Tornar-se negro*, nos formamos a partir de um mix ancestral, cultural e social. É dessa maneira que a instância do ideal do ego, que estrutura o sujeito, se constitui, juntamente com as interações que experienciamos. Pensando dessa maneira, ao olhar sob o âmbito racial, até que ponto o negro, atravessado pelas representações sociais de um corpo visto como ameaçador, se constitui mediante a todo esse racismo estruturado na nossa sociedade?

Afirma-se que a imagem do corpo que cada sujeito possui é, simultaneamente, individual e estreitamente ligada à sua história. Desta maneira, é possível que haja uma desvantagem dos sujeitos lidos como brancos, já que se constitui como sujeito desejante com um corpo que é a negação daquilo desejável socialmente. Um corpo visto como ameaçador, sujo, impróprio, cercado de significantes trazidos anos atrás como ruins e que ainda hoje são vistos dessa maneira. As características que o negro possui — em especial a cor da pele — trazem consigo uma historicidade associada às características físicas, morais e/ou intelectuais correspondentes a um contexto social instaurado anos atrás com o objetivo de subjugar. Nessa premissa, o negro e o branco são trazidos como opostos extremos, adversos e distanciados. A partir disso, o negro é aquele que traz um corpo marcado não somente pela falta, como todo sujeito dividido é, como também pelo viés da segregação no qual a cultura afasta aquilo que por ela é negado e considerado impróprio. Na perspectiva impressa pelo ideal do eu branco, ser negro é ser incluído, sem a oportunidade de escolha, em uma categoria social inferior que remete a características biológicas abaixo das estipuladas aos brancos, considerados a regra social.

Vale a pena ressaltar que nada do que é trazido no texto são questões assumidas de maneira direta. O racismo estrutural encontra-se impregnado nas malhas da sociedade como resquícios de um processo histórico ideológico que todos sabem existir, mas que ninguém assume sua parcela de culpa. É algo tão sutil e cruel que não é visto, falado nem notado. E quando é nomeado, torna-se simplesmente um grande mal-entendido não intencional. Com

isso, toda a significação atribuída ao negro, a de objeto indesejado, impróprio e excluído, justamente por ser o oposto do corpo branco, que é o considerado parâmetro social, é disseminado socialmente de modo escancarado. Afinal de contas, para aqueles que não sofrem a sua incidência, o racismo não passa de “mi, mi, mi”.

Frente a tantas representações sociais negativas, o negro tem como sentença carregar na própria aparência a marca da inferioridade social. Portanto, pensar no processo de identificação desse sujeito atravessado pela segregação é esbarrar na marca deixada no corpo como ponto de interdição, já que o processo de se ver aceito em uma sociedade toca nesse fator. Mediante a isso, se configurar como indivíduo no reconhecimento de um “nós” torna-se uma missão quase impossível. O corpo negro, como já foi citado aqui, é socialmente concebido como êtimo, fonte de angústia, horror e desprazer. Corresponde ao excesso, àquilo que extravasa, e isto acaba excluído dos atributos morais e intelectuais associados à regra da branquitude. E, no final de tudo, o olhar que o outro tem do sujeito negro, acaba refletindo naquilo que o próprio negro acaba tendo que se identificar.

Talvez o sentimento recorrentemente trazido por muitos negros de nunca ser suficientemente bom nas relações ou nas funções sociais venha desse contexto aqui abordado. Ocupar espaços não considerados ideais, dos que são vistos como inferiores e/ou ameaçadores, tende a ser angustiante. Pensando nisso, levar em conta o adoecimento do negro mediante a todos os significantes sociais que organizam a sociedade se faz necessário. Mas como? Basta dar uma olhada na sociedade atual e em seu cotidiano que haverá um vasto material repleto de fatos de segregação e morte para justificar a escrita desta dissertação.

4.2 – Racismo e sintoma

O sujeito negro, atravessado pelas construções sociais alicerçadas pela supremacia branca, muitas vezes se vê paralisado e preso em um lugar já estabelecido para ele, de inferioridade, marginalidade e até mesmo de extermínio. Esses lugares socialmente previstos colocam em xeque todo o potencial que possa haver. Essas construções engendram adoecimento, silenciamento, desesperança, entre outras consequências.

Todas essas construções são provenientes de um passado histórico, aqui já elencado, e de um discurso científico produzido a partir das teorias raciais europeias, e criados para reforçar a segregação, marginalização e exclusão da população negra. O racismo “analisado” pela ciência foi a forma de manter a desigualdade entre brancos e negros. Os negros são

historicamente vistos pelo poder e pelo senso comum como menos inteligentes e racionais e mais ligados ao universo dos instintos, entre outras coisas. Já os brancos são vistos como únicos e legítimos herdeiros e construtores do progresso e do desenvolvimento do homem. Eles são responsáveis pela cultura, civilização, poder...

Isso é visto ao ler Djamilia Ribeiro em seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018), que relata, já na Introdução, a sua trajetória de vida e tantos momentos em que houve uma tentativa de silenciamento, tanto por si mesma quanto pelos que a rodeavam. A falta de consciência de si na infância, seus medos, receios e inseguranças, faz pensar em o quanto tudo isso é um processo velado, mascarado. Na mesma Introdução, Ribeiro (2018) menciona o quanto na infância se sentia estranha e inadequada e sua luta para se manter invisível. Esse movimento da autora diz respeito a algo que se arrasta durante séculos em nossa sociedade e se reforça até hoje, significantes que remetem culturalmente à inferioridade que influencia a todos, especialmente o sujeito negro.

No decorrer do seu livro, Ribeiro (2018) relata casos ocorridos durante os anos de 2014 a 2017, publicados no blog Carta Capital. Usar a mulher negra como fantasia de carnaval, a coisificação das mulheres negras pelos colunistas de grandes veículos de comunicação ou até mesmo pensar em como a miscigenação é ligada diretamente à cultura do estupro, nos faz ver como os estereótipos formulados durante anos tornam o corpo negro algo animalizado, sexualizado e inferior, especialmente o corpo da mulher negra. As características físicas do negro são constantemente pensadas como negativas e sempre postos em comparação desfavorável aos ideais estéticos da chamada “branquitude etnocêntrica”. O corpo do negro é recorrentemente avaliado com atributos pejorativos, impróprios e desprovidos de beleza. Este modo de considerar os atributos da negritude são devido ao racismo, já que a regra é a branca, até mesmo por falta de outros modelos positivos para se constituir e se identificar. Nesse contexto, o sujeito lido como negro tende a estabelecer uma relação persecutória consigo mesmo e para com o seu corpo, o que pode acabar se tornando uma relação de vigilância na intenção de alterar aquilo que o difere dos demais, como demonstra o rapper brasileiro Emicida ao escrever a música “Ismália”.

Ismália

NAVE Beatz / Renan Samam / Emicida

Com a fé de quem olha do banco a cena

Do gol que nós mais precisava na trave

A felicidade do branco é plena
 A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
 Se até pra sonhar tem entrave
 A felicidade do branco é plena
 A felicidade do preto é quase
 Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
 "Cuidado, não voa tão perto do sol
 Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei"
 O abutre quer te ver de algema pra dizer:
 "Ó, num falei?!"
 No fim das conta é tudo Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 Ela quis ser chamada de morena
 Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena
 A raiva insufla, pensa nesse esquema
 A ideia imunda, tudo inunda
 A dor profunda é que todo mundo é meu tema
 Paisinho de bosta, a mídia gosta
 Deixou a falha e quer migalha de quem corre com fratura exposta
 Apunhalado pelas costa
 Esquartejado pelo imposto imposta
 E como analgésico nós posta que
 Um dia vai tá nos conforme
 Que um diploma é uma alforria
 Minha cor não é uniforme
 Hashtags #PretoNoTopo, bravo!
 80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo
 Quem disparou usava farda (Mais uma vez)
 Quem te acusou nem lá num tava (Banda de espírito de porco)
 Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada:
 Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada

Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
 "Cuidado, não voa tão perto do sol
 Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei"
 O abutre quer te ver drogado pra dizer:
 "Ó, num falei?!"
 No fim das conta é tudo Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 Ter pele escura é ser Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 (Terminou no chão)
 Primeiro cê sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles
 Nega o deus deles, ofende, separa eles
 Se algum sonho ousa correr, cê para ele
 E manda eles debater com a bala que vara eles, mano
 Infelizmente onde se sente o sol mais quente
 O lacre ainda tá presente só no caixão dos adolescente
 Quis ser estrela e virou medalha num boçal
 Que coincidentemente tem a cor que matou seu ancestral
 Um primeiro salário
 Duas fardas policiais
 Três no banco traseiro
 Da cor dos quatro Racionais
 Cinco vida interrompida
 Moleques de ouro e bronze
 Tiros e tiros e tiros
 O menino levou 111
 Quem disparou usava farda (Ismália)
 Quem te acusou nem lá num tava (Ismália)
 É a desunião dos preto junto à visão sagaz (Ismália)
 De quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais
 "Quando Ismália enlouqueceu
 Pôs-se na torre a sonhar
 Viu uma lua no céu

Viu outra lua no mar
 No sonho em que se perdeu
 Banhou-se toda em luar
 Queria subir ao céu
 Queria descer ao mar
 E num desvario seu
 Na torre, pôs-se a cantar
 Estava perto do céu
 Estava longe do mar
 E, como um anjo
 Pendeu as asas para voar
 Queria a lua do céu
 Queria a lua do mar
 As asas que Deus lhe deu
 Ruflaram de par em par
 Sua alma subiu ao céu
 Seu corpo desceu ao mar"
 Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
 "Cuidado, não voa tão perto do sol
 Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei"
 O abutre quer te ver no lixo pra dizer:
 "Ó, num falei?!"
 No fim das conta é tudo Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 Ter pele escura é ser Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Ismália, Ismália
 Quis tocar o céu, mas terminou no chão
 (Terminou no chão)
 Ismália
 (Quis tocar o céu, terminou no chão)

Esta música traz a análise de uma mulher descrita pelo poema do mineiro Alphonsus de Guimaraens publicado em 1910, que reflete a respeito do transtorno mental e

comportamento suicida de uma mulher do início do século XIX, aparentemente motivado por fatores passionais. O nome “Ismália” em grego significa “desejo de amor”. Já Emicida usa o poema se referindo a uma mulher negra do século XXI, adoecida pelo racismo e por tudo que é trazido juntamente a ele. O desejo de embranquecimento na esperança de uma melhor aceitação para assim não sentir o tão temido peso da segregação e do genocídio. Em seus versos Emicida fala sobre o adoecimento em busca da aceitação e de não vivenciar tantas violências. A Ismália a quem o rapper se refere representa a lugar social e o lugar simbólico da população negra no imaginário da sociedade brasileira, esses dois lugares contribuem para a manutenção e reprodução do racismo, morte e segregação.

Ismália

Alphonsus de Guimaraens

Quando Ismália enlouqueceu,

Pôs-se na torre a sonhar...

Viu uma lua no céu,

Viu outra lua no mar.

No sonho em que se perdeu,

Banhou-se toda em luar...

Queria subir ao céu,

Queria descer ao mar...

E, no desvario seu,

Na torre pôs-se a cantar...

Estava longe do céu...

Estava longe do mar...

E como um anjo pendeu

As asas para voar. . .

Queria a lua do céu,

Queria a lua do mar...

As asas que Deus lhe deu

Ruflaram de par em par...

Sua alma, subiu ao céu,

Seu corpo desceu ao mar...

O racismo materializa-se: nos índices de mortalidade da juventude negra vista constantemente na televisão, em sua grande maioria escondida das mídias; no encarceramento em massa, já que a grande maioria da população penitenciária é negra; na alta taxa de suicídio de jovens negros, como foi constatado no levantamento do Ministério da Saúde e da UnB publicado em 2019, para citar alguns exemplos mais flagrantes. Para além disso se torna real em fatos cotidianos. É ser perseguido em uma loja de departamento, é precisar estar sempre bem-vestido para não ser confundido com assaltante, é não ser validado como um profissional qualificado, é não poder correr para pegar o ônibus que está partindo do seu ponto de ônibus... O racismo encontra-se presente no dia a dia, enraizado de tal forma que passa imperceptível muitas vezes até para o sujeito que é, ele mesmo, lido como negro e que muitas vezes detecta algo errado, mas que não consegue nomear. Carolina Maria de Jesus, em seu livro *O diário de Bitita* (1986), ao contar a respeito da sua história, se depara com a diferença entre os sujeitos lidos como brancos dos lidos como negros, que vai para além de diferenças físicas e sociais. É algo que invade e devasta todo o contexto social do sujeito e traz com isso, resultados significantes:

“Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas. Os pretos, quando recebiam aquele dinheirinho, não sabiam gastar em coisas úteis. Gastavam comprando pinga. Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiam. Para mim aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães.

Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala.” (JESUS, C. M. de, 1986, p.55-56)

Entre as nuances de violência que o racismo traz, não se pode esquecer que a discriminação, a violência e o extermínio são muito frequentes e empregados. O que ocorre é que o racismo estrutural abre espaço para outros aspectos. Baptista (1999) afirma que o genocídio se dá não apenas nos assassinatos concretos como também nos assassinatos subjetivos. A ação "enfraquece a vítima" (BAPTISTA, 1999, p.46) e faz com que ela internalize sua falha e sua culpa em não ser aquilo que é desejável, tornando-a mais vulnerável, menos propensa a se defender e a afirmar sua diferença. Está sendo falado de acontecimentos

recorrentes: a população negra sofre diariamente extermínios. E não é somente nas favelas. Todos puderam acompanhar o caso do Moise que foi morto em um quiosque à beira-mar; o caso Durval, morto pelo seu vizinho, sargento da Marinha, na porta do seu condomínio em São Gonçalo. É impossível enumerar todos os casos ocorridos, são milhares. Como já dizia Emicida: *“80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo.”* Essa diferença abordada pelo rapper é atemporal e pode ser percebida há anos diferenciando o branco do negro em vários âmbitos, inclusive na do privilégio.

No racismo estruturalmente inculcado na sociedade, a violência ganha toques de sutileza. Mas nem por isso deixa de ser violento e de ter consequências significativas em quem sofre, e não pode ser separada do ataque corporal, como algo diferente e, por isso, menos grave. Desde o início da vida, o negro se depara com o racismo na sociedade, na mídia, na escola e até mesmo na família. Seu corpo é desvalorizado, marginalizado, subestimado e inapropriado em detrimento da lógica branca. A dificuldade do negro de frequentar determinados locais, de estar em determinados cargos de trabalho, de se vestir do modo que deseja, de ter autoestima, de se encaixar em um determinado grupo é brutal, é desafiadora e, acima de tudo, é adoecedora.

Conclusão – Por uma psicanálise antirracista

Foi percorrido um longo caminho na escrita desta dissertação. Com a finalidade de apresentar os males do racismo para a constituição subjetiva do negro, foi assumido diversas frentes de trabalho. Inicialmente, conforme a premissa do filósofo Herótodo, se faz importante conhecer o passado para se compreender o presente e idealizar o futuro. Sendo assim, inicia-se com um apanhado histórico do negro no Brasil, a fim de entender como o racismo se construiu como mecanismo tão articulado que hoje em dia encontra-se estruturalmente enraizado na nossa sociedade ao ponto de se reconhecer a sua existência e negar a contribuição para sua perpetuação. Marie-Hélène Brousse, na Conferência “O analista e o político”, no livro *O inconsciente é a política* (2003), menciona um historicismo na língua que tem em si uma história e traços fundamentais da civilização. Podemos considerar a partir disso o passado histórico, cercado de opressão e violência ao corpo negro, e o quanto o coletivo é afetado por esse historicismo até os dias atuais, visto que todo desejo, segundo a psicanálise, não é individual. E para além disso, pensar em como o racismo se enraíza nas estruturas de nossa sociedade. Justamente por isso o próximo passo foi relacionar o social do individual para assim reforçar como o que ocorre na sociedade em geral influi no que somos individualmente e nos deixam marcas. E justamente por isso, segue-se tentando entender o processo de identificação para assim, por fim, levanta-se a discussão do quanto o racismo causa efeito na nossa constituição subjetiva, causando sofrimento.

Grande parte dos negros vive em sofrimento mental ora pelas condições precárias de vida, ora pela falta de perspectiva de vida, ou até mesmo perdida no emaranhado de rótulos a ela imposta. É a sensação de não pertencimento, frequentemente citada por muitas pessoas negras, o mesmo sentimento que escuto diariamente no setting analítico do meu consultório e me faz me debruçar a respeito da saúde mental da população preta, em como o racismo vem impactando em desequilíbrio nos diversos aspectos da vida dessa pessoa. Afinal de contas o conceito de bem-estar vai para além da ausência de doenças.

Racismo gera ansiedade, angústia, insegurança e diversos outros sintomas físicos e psíquicos advindos da condição de tensão emocional, de angústia e de ansiedade vivida diariamente pela pessoa alvo do racismo. A violência sistemática do Estado, que apresenta um número assustador de mortes de pessoas negras, o encarceramento em massa e a exposição contínua a situações constrangedoras desde a infância estão associados ao adoecimento

psíquico dos sujeitos negros. Enfim, a exposição cotidiana a situações humilhantes e constrangedoras pode desencadear um número de processos desorganizadores dos componentes psíquico e emocional. Em sendo um problema para a saúde física e mental da pessoa, esse sofrimento causado pelo racismo já passou da hora de ser pauta em discussões e se tornar um problema de saúde pública.

A Rede de Observatórios, no dia 16 de novembro de 2023, divulgou uma pesquisa que revela que a cada quatro horas uma pessoa negra foi morta pela polícia em 2022. Pelo quarto ano consecutivo, o monitoramento mostrou que a população negra segue sendo a maior vítima da violência policial. Dentre os dados expostos por essa pesquisa, é importante se fazer um recorte relevante para o nosso território: de 3.171 registros de morte, com informação de cor/raça declaradas, os negros somaram 87,35% — ou 2.770 pessoas; e a polícia do Rio de Janeiro matou 1.042 pessoas negras em 2022.

Trazer esses dados se torna importante pois a partir deles podemos pensar sobre como é viver em uma sociedade racista e em como a relação entre raça e saúde, de maneira geral, e mais ainda entre raça e saúde mental especificamente, é tema que ficou esquecido no pensamento brasileiro, muito provavelmente como consequência do mito da democracia racial brasileira. O chamado “eugenismo”, por meio das suas concepções, determina o tratamento a ser dado ao sofrimento psíquico do negro, já que, segundo eles, o negro não era considerável passível de sofrimentos algum. E desta forma, por meio da apropriação de ideias e ideais eugênicos, o sofrimento de minorias raciais e étnicas permaneceu alheio à construção do conhecimento, às ciências humanas, por tempo demasiado longo.

Mas como pensar no posicionamento da psicanálise frente a tudo isso?

Brousse (2003), em seu texto, inicia sua escrita afirmando que a psicanálise busca analisar a época em que está inserida e assim se posicionar frente às questões contemporâneas. A autora cita Lacan, afirmando que “o analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época, que renuncie” (p.18), o que me faz refletir a importância do analista estar atualizado às temáticas atuais, neste caso, a temática racial.

Se o racismo é um sintoma social, como a gente faz quando ele se manifesta nos consultórios, por intermédio dos discursos dos analisados? A gente escuta, pinçando naquele discurso o que há de singular, separando cada significante das identificações e expectativas sociais, para implicar o sujeito em suas palavras e decisões. Isso não quer dizer que seja possível separar o sujeito de seu contexto social e da história do mundo. É preciso tentar ouvir o que está além dos ruídos sociais.

Tocar nesse assunto me faz lembrar de um caso a mim relatado de um paciente negro que, em terapia, relata um episódio de racismo sofrido, sendo prontamente repreendido pelo seu terapeuta que afirmou não existir. Não me foi relatado se era uma análise, de fato, mas me interrogo quanto ao posicionamento desse terapeuta. Retomando Brousse (2003), que no mesmo texto discute a neutralidade do analista e, ao afirmar que o “analista é forçosamente alguém que se compromete, que toma partido” (p.20) e que “considerar-se neutro não significa estar fora da subjetividade atual” (p.21), penso o quanto é importante o analista estar a par dos temas atuais, reforçando a necessidade de estar ciente da temática racial, no qual pesquise e de se colocar mediante a ela, reconhecendo sua importância e consequências.

O que a pessoa negra diz do racismo é mais importante para a psicanálise do que qualquer outro discurso. E na posição de analistas cidadãos, a escuta deve permanecer, pois é muito significativa. É necessário e importante entender que o preconceito, a segregação e o racismo criam efeitos psicológicos, muitas vezes irreversíveis na população negra. A baixa estima é percebida somente no silêncio das paredes do consultório. Há pouco tempo no Brasil não se falava quase nada sobre o tema. E os poucos negros nos consultórios ajudaram a acender a luz no painel de dificuldade, em que a psicanálise buscou compreender e enfrentar com atenção cada caso.

Por fim, analisar todos esses textos e pensar num posicionamento ético e político da psicanálise a partir do tema é também pensar em potências a serem construídas. Ribeiro (2018), ao levantar toda essa temática, traz à tona uma reflexão que faz com que o leitor minimamente reflita e seja convocado a se reposicionar. A atualidade se esbarra com essas narrativas e com isso se reinventa. Negros ocupando espaços e se tornando referências, tornando-se representatividade, trazem a esperança e o questionamento de que talvez o ideal do ego branco no qual Santos (1983) menciona possa ser minimizado.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BROUSSE, Marie-Hélène. **O inconsciente é a política**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

CARNEIRO, Aparecida S.; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p.96-124.

CARTA DE SÃO PAULO. *In Anais do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil*. 2011

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

D'AGORD, Marta R. L; Binkowski, Gabriel I.; Chittoni, Felipe B. (2006). **Classes interativas e identificação em psicopatologia**. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology*, 7(1), 116-130.

EMICIDA. **AmarElo** (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Majur e Pabllo Vittar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. 25/06/2019. Acesso em 12/11/2023.

/EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.03-68.

FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo. (1914) *In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III). (1917) *In Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, Vol. XI*. Rio de Janeiro: Imago: 1996.

_____. O estranho. (1919) *In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII*, p.91-167. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Psicologia das Massas e Análise do eu. (1921) *In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII*, p.89-179. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. A dissolução do Complexo de Édipo. (1924) *In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII*, p.215-226. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O mal-estar na civilização. (1930) *In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI*, p.38-92. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Moisés e o monoteísmo. (1939) *In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII*, p.03-88. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUARESCHI, Neuza; OUTROS. (2002) **As relações raciais na construção das identidades.**

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARAENS, Alphonsus de.: **Ismália.** Disponível em: <https://www.tudoepoema.com.br/alphonsus-de-guimaraens-ismalia/>. Acesso em 12/11/2023.

JESUS, Carolina M. de. (1986) **O diário de Bitita.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LACAN, Jacques (1959-1960) **O Seminário, Livro 7: a ética da Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. (1961-1962) **O Seminário, Livro 9: a identificação.** Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

_____. (1962-1963) **O Seminário, Livro 10: a angústia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo, 2018.

_____. **Necropolítica.** São Paulo, 2018.

MILLER, Jacques-Alain. Racismo e extimidade. *In Derivas analíticas: Revista digital de psicanálise e cultura da Escola Brasileira de Psicanálise* — Minas Gerais. Nº: 4 (maio 2016).

MINISTÉRIO DA SAÚDE E UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Óbitos por suicídios entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília, DF. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*, 2004.

NASIO, Juan-David. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NAVE, Beatz; SAMAM, Renan; EMICIDA **Ismália**. Disponível em: <https://www.lettras.com.br/emicida/ismalia>. Acesso em 12/11/23.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **O corpo da mulher negra**. São Paulo, 1999.

_____. **Significações do corpo negro**. São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Jefferson. N. **Identificação à brancura: perspectivas em psicanálise para o racismo contra o negro no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

PAIM FILHO, Ignácio A. **Racismo: por uma psicanálise implicada**. Série escrita psicanalítica — Dirigida por Lucas Krüger — Arte & Ecos. Porto Alegre, 2021.

PEREIRA, Carlos E.; FERRARI, Ilka F. **A identificação e os processos de segregação na contemporaneidade**. Cadernos CESPUC, Nº 28. Belo Horizonte, 2016.

RIBEIRO, Carlos A. C. **Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro, 1900-1930**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p.11-100.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SALES, Jôse. **Racismo no Brasil: um olhar Psicanalítico**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019.

SANTOS, Ynaê L. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHECHTER, Rosa C.; BONFIM, Flavia. G. (2020) **Psicanálise e racismo: entre os tempos de ver, compreender e concluir**. Ayvu: Revista de Psicologia, v. 07, 2020.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.